



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MARIA ALINE MATOS DE OLIVEIRA

**EM BUSCA DA LIBERDADE: MEMÓRIA DO MOVIMENTO FEMININO PELA
ANISTIA EM SERGIPE (1975-1979)**

São Cristóvão – SE

Maio, 2016

MARIA ALINE MATOS DE OLIVEIRA

**EM BUSCA DA LIBERDADE: MEMÓRIA DO MOVIMENTO FEMININO PELA
ANISTIA EM SERGIPE (1975-1979)**

Monografia de licenciatura apresentada à
Universidade Federal de Sergipe como requisito de
finalização da disciplina Prática de Pesquisa e
conclusão do curso. Sob a orientação do Prof. Dr.
Antônio Fernando de Araújo Sá

São Cristóvão

2016

Em memória daqueles que sonharam com um novo dia, daqueles que morreram pela liberdade, acreditando que o sol ia raiar, trazendo a tão almejada democracia.

AGRADECIMENTOS

Essa monografia foi fruto de muito estudo, pesquisa e dedicação, agradeço primeiramente a Deus por ter me dando força e coragem em momentos de desânimo e dificuldade, por ter sido meu guia e protetor ao longo dessa caminhada. Aos meus queridos pais, Antônio Elpídio de Oliveira e Eraldina Ciriaco Matos Oliveira por tanto amor e incentivo aos estudos. A minha irmã Jaqueline Matos e meus sobrinhos Davi e Fábio Júnior pela parceria e ajuda em diversos momentos.

Ao meu noivo Ramon Santos, companheiro de lutas e batalhas pelo apoio, carinho e amor nos momentos de dificuldade, a minha sogra Josefina Conceição, pelo carinho e amizade. Aos amigos queridos do curso de história, Taís Danielle Alcântara, parceira do PIBID, de estágios e inúmeros trabalhos, a Letycia Nayran Santos Sobral, Jaqueline Almeida Jesus e Damilis Silveira Viana, por terem transformados momentos de agonia em alegria e diversão. A minha irmã de coração Luzimary Rocha pela paciência, dedicação, e ajuda na produção desse trabalho com dicas, correções e incentivo.

Agradeço ao meu orientador, Professor Doutor Antônio Fernando de Araújo Sá pelo incentivo, atenção, indicações e conselhos que foram fundamentais na construção desse trabalho. Também deixo meu agradecimento especial aos professores Bruno Álvaro, Edna Maria Matos e Célia Costa, e a todos do PIBID-HISTÓRIA pela contribuição na minha formação docente.

RESUMO

Essa pesquisa se propôs resgatar a memória do Comitê Feminino pela Anistia fundado 1978 em Sergipe. No Brasil, a ditadura militar, instaurada em 1964, representou um período de forte repressão aos opositores do sistema vigente. Na década de 1970 a ditadura entra em crise, ressurgindo os movimentos sociais em prol da libertação dos presos políticos. Assim, em 1975 surge o Movimento Feminino pela Anistia em São Paulo, fundado por Therezinha Godoy Zerbini, que teve o apoio de inúmeras instituições, Ordem dos Advogados do Brasil, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Associação Brasileira de Imprensa, políticos do MDB, movimento estudantil e da sociedade civil. Em pouco tempo, a campanha pela anistia se espalha pelo país, formando núcleos nos estados brasileiros. Este trabalho tem por finalidade analisar o Comitê Feminino pela Anistia em Sergipe, buscando compreender a organização da campanha pela anistia no estado, através das reuniões, atos e eventos promovidos. Para isso, utilizam-se como as principais fontes os jornais sergipanos da época e as entrevistas realizadas com algumas mulheres que participaram do Comitê pela anistia no estado. Uma das metodologias adotada foi a história oral, utilizada como ferramenta para o resgate da memória e a reconstrução do contexto histórico do período.

PALAVRAS-CHAVE: Anistia; Movimento Feminino; Ditadura Militar

ABSTRACT

This research aimed to rescue the memory of the Women's Committee for Amnesty founded 1978 in Sergipe. In Brazil, the military dictatorship established in 1964, was a period of strong repression of opponents of the current system. In the 1970s the dictatorship goes into crisis, it resurfaces the social movements for the liberation of the country, so in 1975 arises the Movement Female for Amnesty in São Paulo, founded by Therezinha Godoy Zerbini, this campaign was supported by numerous institutions, MDB politicians and civil society in a short time the campaign for amnesty spreads throughout the country forming nuclei in several Brazilian states. From these considerations, this study aims to analyze the Women's Committee for Amnesty in Sergipe, trying to understand the organization of the campaign for amnesty in the state, through meetings, acts and events organized by the Movement. For this, they are used as the main sources Sergipeans the newspapers of the time and interviews with some women who participated in the Committee for amnesty in the state. One of the methods used was the oral history, used as a tool for the recovery of memory and the reconstruction of the historical context of the period.

KEYWORDS: Amnesty; Women's Movement; Military dictatorship

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1- CARTAZ DA CAMPANHA DA ANISTIA.....	39
FIGURA 2- MATÉRIA DO JORNAL DE SERGIPE SOBRE O COMITÊ PELA ANISTIA	45
FIGURA 3- ATO A FAVOR ANISTIA NO CENTRO DE ARACAJU	51
FIGURA 4- PASSEATA A FAVOR DA ANISTIA.....	52
TABELA 1- REPRESENTAÇÃO DA ANISTIA: DUELO ENTRE GOVERNO E A POPULAÇÃO.....	35

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. A TRADIÇÃO DA ANISTIA NA HISTÓRIA DO BRASIL.....	13
2. A DITADURA MILITAR NO BRASIL: ENTRE RESISTÊNCIA E REPRESSÃO.....	22
2.1- MULHERES EM AÇÃO: MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA NO BRASIL 1975-1979.....	27
3. O COMITÊ FEMININO PELA ANISTIA EM SERGIPE 1978-1979.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
FONTES.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	61

INTRODUÇÃO

O golpe militar de 1964 instaurou no Brasil uma ditadura que impôs restrições à liberdade, com a proibição e organização dos partidos políticos, censura à imprensa, repressão aos movimentos sindicais e estudantis. Esse período foi marcado por forte repressão a todos os opositores ao governo. Na década de 1970 inicia-se a crise do sistema vigente, com os impactos da crise do petróleo em 1973, o que possibilitou o ressurgimento de organizações sociais em prol da luta pela redemocratização do Brasil. Diante desse contexto, surge em 1975, em São Paulo, o Movimento Feminino pela Anistia, fundado por Therezinha Godoy Zerbini, esposa do General Euryale de Jesus Zerbini, que teve seus direitos políticos cassados pela ditadura.

O Movimento pela Anistia teve o apoio da Comunidade Eclesial de Base (CEB's) da Igreja Católica, da Ordem dos Advogados do Brasil, Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Políticos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), movimento estudantil e da sociedade civil. A campanha pela anistia expandiu-se pelo Brasil, formando Comitês Femininos nos estados de Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Bahia, Minas Gerais, Brasília, Goiás, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Sergipe. O slogan da campanha era a “busca pela paz” e por uma anistia ampla, geral, irrestrita.

Em Sergipe, o Comitê Feminino pela Anistia surgiu em 1978, liderado pela Professora universitária Núbia Marques e com o apoio de mulheres, familiares de presos políticos, Diretório Central dos Estudantes da UFS, jornalistas, assistentes sociais, políticos do partido MDB, professores universitários e membros da Igreja Católica. Essa pesquisa visa analisar a memória do Comitê Feminino pela Anistia em Sergipe e compreender como foi articulada a organização desse Movimento no estado. Para isso, foram consultados os jornais sergipanos da época 1975-1979, como *Gazeta de Sergipe*,

Jornal da Cidade, Jornal de Sergipe, Diário de Aracaju e o Jornal A Defesa, bem como foram realizadas entrevistas com algumas mulheres que participaram do Comitê pela anistia.

Uma das metodologias utilizadas na pesquisa foi a história oral, através desse mecanismo de investigação buscou-se reconstruir a memória do movimento, com base nos testemunhos de algumas mulheres, que participaram do comitê pela anistia, em 1978. As entrevistas orais possibilitaram a reconstrução desse período, com um roteiro que almejou compreender como foi organizada a campanha no estado, desvendando reuniões, atos e eventos realizados pelo Comitê.

A história oral permite uma relação próxima do pesquisador e a fonte, ao longo das entrevistas foram inevitáveis a emoção que transbordava nos testemunhos, os momentos de pausas, a lembrança da memória que vinha à tona e outras vezes, se perdia. Esses testemunhos revelaram o contexto histórico do período e a construção do comitê em Sergipe. Nesse sentido, a história oral é um método do estudo que não consiste em narrar um simples relato de vida, mas, principalmente funda-se em produzir conhecimento histórico. Assim, “na história oral existe a geração de documentos que possuem uma característica singular, isto é são resultado de diálogo [...] entre sujeito e objeto de estudo.” (FERREIRA, 2012:171).

A análise dos jornais sergipanos, também foi fundamental na construção dessa pesquisa, apresentando inúmeras matérias que abordavam sobre a campanha pela anistia no estado, com anúncios de atos, eventos, passeatas, palestras e outras ações realizadas pelos organizadores do comitê, com o objetivo de divulgar a campanha da anistia na sociedade sergipana.

Justificava-se essa pesquisa, devido à lacuna historiográfica sobre o tema, pois a abordagem sobre o movimento feminino pela anistia em Sergipe, ainda é um tema pouco abordado pela historiografia sergipana. Há muito que pesquisar sobre essa temática e compreender o papel do Comitê Feminino pela Anistia em Sergipe em consonância com a campanha nacional em prol da libertação dos presos políticos e pela redemocratização do Brasil.

A pesquisa foi conduzida sob o olhar da história e memória e suas implicações na historiografia, utilizo como base teórica os usos de memória discutida por Le Goff e Michael Pollak. Conforme esses autores, a utilização da memória como pesquisa historiográfica não significa simplesmente uma narração de fatos ocorridos no passado, pois representa a busca e a construção dos fatos históricos vivenciados pelos protagonistas, cujo valor não está somente no passado, mas, também, no presente.

Nesse sentido, a memória busca relatar os fatos e acontecimentos como forma de preservar ou construir identidades, culturas, como também buscar justiça. Segundo Le Goff “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente às quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento” (1990:368).

O primeiro capítulo- “*A tradição da anistia no Brasil*” foi analisada a aplicação da lei da anistia na história do Brasil desde o Período Colonial até a República, com o objetivo de compreender o caráter conciliatório utilizado da tradição política. Utilizo como fonte principal a obra *Liberdade para os brasileiros-anistia ontem e hoje – 1978*, de Roberto Ribeiro Martins, por se tratar de um livro de referência devido a lacuna na historiografia.

No capítulo segundo, “*Ditadura Militar e o Movimento Feminino pela Anistia no Brasil 1975-1979*”, discutiu-se, a partir da análise de documentos publicados no livro *Sementes da liberdade-1979* e também de jornais, o contexto da ditadura militar no Brasil e o surgimento do Movimento Feminino pela Anistia em 1975, a campanha pela anistia no país e a participação dos parlamentares do MDB na luta pela ampliação da lei em 1979.

No terceiro capítulo, “*O Comitê Feminino pela Anistia em Sergipe 1978-1979*”, propôs-se a abordar a organização do comitê pela anistia em Sergipe, destacando-se como foi articulada a campanha, as reuniões, o apoio de instituições e parlamentares do MDB na campanha da anistia ampla, geral e irrestrita. Nossa base de estudo foram os jornais sergipanos da época, *Jornal Gazeta de Sergipe*, *Jornal da Cidade*, *Jornal de Sergipe*, *Diário de Aracaju* e *A Defesa* e as entrevistas realizadas com membros do Comitê Feminino pela Anistia.

1- A TRADIÇÃO DA ANISTIA NA HISTÓRIA DO BRASIL

O conceito de anistia remonta à Grécia antiga, derivado do substantivo grego *amnestia*, significa esquecimento e redenção. O seu primeiro registro é datado por volta 594 a.c. instituído por Sólon na democracia Ateniense, aos envolvidos na Guerra Civil do Peloponeso (MEZAROBBA, 2006). Anistia surgiu da necessidade de estabelecer a harmonia entre os conflitantes e manter a unidade da nação. Conforme Martins, “pela sua origem, a anistia é irmã gêmea da democracia [...] veio estabelecer pela primeira vez a regra da convivência dos contrários, do respeito às minorias e à alternância de grupos no poder” (1978:18). Sendo assim, constituiu-se em um ato político aplicado em situações de conflitos, guerras e revoluções, com o objetivo de perdoar e estabelecer a paz entre os cidadãos.

Somente um ato de alta sabedoria política poderia apagar as consequências naturais dos fatos geradores de tais conflitos. A anistia surge assim de forma natural, como uma instituição capaz de reconstituir o país após os efeitos das lutas civis e militares. (MARTINS, 1978:18)

A historicidade da anistia é uma extensão do direito de *graça*. Sua conceituação, no sentido amplo, compreende a todos os atos de clemência, esquecimento, misericórdia e perdão. Na antiguidade a aplicação do perdão para determinados crimes era comum. Como não havia tribunais para julgar os conflitos, os Monarcas utilizavam do seu poder para perdoar os réus. Na Grécia e em Roma surgiram os primeiros tribunais de justiça e a *graça* passou então a ter conceitos institucionais soberanos. Nesse momento, surgem como desdobramentos desse direito, o indulto e a anistia, o primeiro usado para perdoar crimes comuns e o segundo para crimes políticos. (MARTINS, 1978:19)

A diferença entre indulto e anistia está em sua aplicabilidade: a) a anistia implica o esquecimento da infração, sem importar os nomes dos implicados, o indulto é

individual; b) a anistia abrange os delitos políticos, enquanto o indulto é referente aos delitos comuns; c) anistia tem um caráter de generalidade, compreende todos os envolvidos no delito, o indulto é particular e limita-se ao delinquente; d) a anistia é concedida em qualquer tempo, sem a formação de processo, enquanto o indulto vem em consequência de uma condenação. (SILVA, 2009)

Para o Direito Penal, a anistia apresenta os efeitos mais amplos e benéficos, pois, de acordo com sua tradição, ela representa um ato de soberania estatal ao esquecer totalmente a infração penal, como se o ato não tivesse acontecido. Dijosete Veríssimo da Costa (1997), destaca que o Estado é o único detentor do direito de punir os infratores da lei penal, como também de conceder a extinção da punibilidade através da anistia, graça, indulto, renúncia, perdão, decadência e a preempção. Em relação à anistia, o autor aborda que o seu consentimento aplica-se a crimes políticos, militares, eleitorais, contra a organização do trabalho, entre outros, com o objetivo de pacificar conflitos coletivos perturbadores da ordem social.

A lei da anistia pode ser concedida de diferentes formas, destacamos: 1- Própria: facultada antes da condenação, com a finalidade de esquecer a infração cometida. 2- Imprópria: concedida depois do julgamento, a sua ação extingue a pena. 3-Geral ou ampla: apresenta os fatos e atinge a todos os criminosos, não há a exclusão de pessoas. 4- Parcial ou Restrita: menciona os fatos e exclui pessoas, exigindo condição pessoal para ser concedida. 5- Incondicionada: a lei não determina nenhum requisito para sua concessão. 6- Condicionada: a lei exige requisitos para a sua concessão.

Conforme o Art. 5º, XXXVI e XL, da Constituição Federal de 1988 após concessão da anistia, a lei não pode ser revogada, pois a mesma possui efeito generalizante, ao beneficiar inúmeras pessoas (COSTA, 1997). Na linguagem jurídica, a

anistia é considerada como o perdão concedido em caráter de crimes políticos, para que cessem as sanções penais contra aqueles considerados culpados por tais atos e conseqüentemente se ponha em silêncio os acontecimentos apontados como crimes. Esse processo “emana do poder público somente pode ser conferido pela União, competindo-lhe legislar sobre ela” (SILVA, 2009:108).

Ueber Oliveira destaca que a anistia “é um ato reparatório aplicado em situações de confronto político, decorrentes de quebra da normalidade instituída no estado de direito”. (2005:102). Em diversos conflitos e insurreições, a anistia foi utilizada como um “remédio” para acalmar os ânimos. No Brasil, ela tem uma longa tradição, aplicada em momentos de batalhas e rebeliões com o objetivo de pacificar a nação. Inicialmente a lei da anistia foi concedida em 1654, na conjuntura da Insurreição Pernambucana. Os revoltosos lutaram contra o domínio holandês na região que tinha se estendido de Sergipe ao Maranhão. Com a expulsão dos holandeses foi firmado um acordo de paz, com a concessão da anistia a todos os envolvidos no episódio no dia 26 de janeiro de 1654. Segue trechos da anistia de 1654.

[...] que a cidade do Recife, todas as demais povoações de todos os fortes e armamentos existentes nas quatro capitânias que tenham estado em poder dos holandeses, seja restituídos imediatamente ao rei de Portugal; - que se esqueça a guerra, concedendo-se anistia plena e inteira aos próprios portugueses e judeus, ou súbditos de qualquer outra nacionalidade que tivessem tomado partido pelos holandeses. (MARTINS, 1978:24)

No período colonial ocorreram diversas revoltas na sociedade em que o benefício da anistia foi outorgado. Temos, como exemplo, a Revolta Beckman (1684), ocorrida na cidade de São Luís no Maranhão, devido à insatisfação dos comerciantes, dos proprietários rurais e da população em geral, contra a Companhia de Comércio do Maranhão, instituída pela coroa portuguesa, em 1682. O movimento resultou na prisão do Governador Baltazar Fernandes e na expulsão dos jesuítas. Foi formada uma junta

governativa composta por representantes de diversos setores da sociedade. Logo após, o Governo conseguiu conter ações dos irmãos Tomás e Manuel Beckman que foram presos e executados, enquanto que os demais revoltosos foram anistiados.

Mais tarde, novas agitações surgiram no país como a Guerra dos Emboabas (1709), em Minas Gerais, na Guerra dos Mascates (1714), em Pernambuco, na revolta de Vila Rica (1720), em Minas Gerais, Conjuração Baiana (1798) e a Revolução Pernambucana (1817). Em todos esses conflitos o ato de anistiar foi aplicado pelo Rei de Portugal em prol da pacificação social, apresentando característica conciliatória.

E com o processo de Independência do país, a Lei de Anistia foi inserida na Constituição de 1824, como prerrogativa do Imperador, baseado em seu poder Moderador (Art. 101- 9ª), no qual concedia “anistia em caso urgente, e que assim aconselham a humanidade e bem do estado” (MARTINS, 1989:33).

Durante o Império ocorreram lutas sociais e políticas e novamente, a anistia se fez presente, mas agora como Lei outorgada pela Constituição. No Primeiro Reinado (1822-1831), houve a confederação do Equador, um movimento popular ocorrido em Pernambuco no dia 2 de julho de 1824. Essa Insurreição tinha o objetivo de unificar as províncias do Norte e Nordeste numa federação republicana. Ao ser empossado, uma das medidas tomadas de imediato pelo governador Paes de Andrade foi à abolição do tráfico negreiro no porto de Recife e a convocação de uma assembleia constituinte. No entanto, a repressão do governo acabou com a rebelião, sendo que muitos envolvidos foram mortos e os demais anistiados.

No período Regencial (1831-1840), ocorreram diversos movimentos populares e insurreições. A lei da anistia foi concedida para a pacificação dos “espíritos”. Ela foi outorgada em 1836 aos revoltosos da Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul,

como também aos envolvidos nas rebeliões provinciais da Cabanagem, Sabinada, Balaiada e, em 1842, aos envolvidos da Revolução Liberal, em São Paulo e Minas Gerais. Foram beneficiados também os Padres e Bispos de Pernambuco e Pará condenados aos crimes de desobediência ao Monarca, fato conhecido como a Questão Religiosa (MARTINS,1978:47). Esse episódio ficou marcado pela última concessão de anistia do período Imperial. No qual foi decretado:

[...] D. Pedro II, baixava um decreto de anistia geral. Geral, sim, porém condicional: era concedida anistia aos envolvidos em quaisquer das rebeliões provinciais, o que alcançava a Cabanagem, a Revolução Farroupilha, a Sabinada e a Balaiada. Mas havia rígidas condições para os anistiados se beneficiarem do decreto, deveriam se apresentar em 60 dias às autoridades, que lhes fixaram local de residência. (MARTINS, 1978:43)

Com a Proclamação da República, a primeira Constituição republicana foi idealizada, em grande parte, por Rui Barbosa, apresentando diferencial em relação à aplicação da anistia, que agora passava a ser competência do poder Legislativo, mas dependendo da sanção do Presidente da República para a sua execução. Com o novo governo instaurado, as disputas entre os monarquistas e republicanos, representantes da classe média, oligarquia agrária e da burguesia urbana continuaram, ocasionando diversos conflitos sociais e políticos.

E mais uma vez, em inúmeros momentos, a anistia foi recorrida. Ela foi aplicada aos participantes da Revolta Armada e da Revolução Federalista em 1895, como também aos revoltosos da Revolta da Vacina em 1905. Em 1910, aplicada aos marinheiros que participaram da Revolta da Chibata. Em 1916, ela foi reafirmada pelo Congresso Nacional em benefício de todos os revoltosos de 1889 a 1915. A última anistia decretada na primeira república foi em 1918, beneficiando os participantes da Revolta do Contestado e da Greve Geral ocorrida em São Paulo em 1917.

Em 1930, ocorreu a “Revolução de 30”, que pôs fim a República Velha e

decretou o “Governo Provisório” de Getúlio Vargas. Nesse primeiro momento do governo Vargas, os civis e militares que, direta ou indiretamente, se envolveram nos movimentos revolucionários na década de 1920 foram anistiados.

A revolução de 30 vai decretar uma das anistias mais amplas do período republicano. Fruto de uma revolução vitoriosa, não poderia ser de outra forma: beneficia todos os que encarnavam o espírito revolucionário da década de 20- em especial o fenômeno do tenentismo. (MARTINS, 1978:74).

Em julho de 1934 foi promulgada a segunda Constituição republicana, no entanto, a reconstitucionalização do Brasil não representou uma ruptura na política e muito menos o fim dos problemas sociais. A constituinte apresentava primazia conservadora com influência da constituição de 1891 e as oligarquias foram afastadas do poder, de forma parcial. Assim, a insatisfação com a revolução é vista inicialmente com as rebeliões ocorridas em São Paulo e Pernambuco em 1931. (MARTINS, 1978:83)

Em 1937, Getúlio dá o golpe de estado e instaura o Estado Novo, período de forte repressão contra os comunistas, antigos participantes da Aliança Libertadora Nacional, antifascistas e todos os democratas em geral. Na década de 1940 a conjuntura política do governo ditatorial de Vargas muda e aos poucos amplas forças sociais e políticas se organizam em prol da libertação do país. (MARTINS, 1978:85) Nesse período ocorreu uma inversão, no que diz respeito à anistia, pois agora ela se tornou uma pauta na luta do povo pela redemocratização iniciada em fins 1944 e início de 1945.

Após as pressões, Getúlio Vargas decreta a anistia em 18 de abril de 1945, beneficiando os que cometeram crimes políticos ou conexos, 563 presos foram libertos. A lei foi uma conquista popular e democrática. Como aborda Roberto Ribeiro.

A anistia fora uma conquista popular e democrática. Dela beneficiam-

se direta e indiretamente, os presos políticos, os exilados e todos os perseguidos. Os clandestinos e foragidos podem vir à luz do dia [...] entre eles, muitos na cadeia há 10 anos, participantes da insurreição nacional libertadora de 1935, comunistas, socialistas, antifascistas, liberais e os integralistas de 1938. (MARTINS, 1978:88)

Na década de 50 os Civis e Militares que participaram de conflitos a partir de 10 de novembro de 1955 a primeiro de março de 1956 foram anistiados. Assim como, em 1961, houve a concessão da anistia a todos que participaram de conflitos e crimes desde 1934, que não haviam sido amparados e perdoados pela anistia de 1945. Como também aos participantes da campanha o Petróleo é nosso, e dos revoltosos de Jacareacanga e Aragarças, foram todos beneficiados.

O decreto beneficiava não só os revoltosos de Aragarças e os golpistas de 61, mas também muitos daqueles que ainda esperavam pela reversão às Forças Armadas desde a insurreição de novembro de 1935, fazia 26 anos, e os participantes da campanha patriótica do Petróleo é Nosso! De 1952. Beneficiou ainda trabalhadores grevistas, servidores civis, militares ou autarquias, desertores, insubmissos ou refratários, estudantes grevistas [...] jornalistas incursos em delitos de imprensa e responsáveis por infração prevista no Código Eleitoral. (MARTINS, 1978:101)

Ao longo da história política do Brasil, a lei da anistia foi recorrida para a reconciliação da sociedade, presente na história nacional e em todas as suas fases: período Colonial, Reinado, Império e na República. Em momentos distintos, desde as lutas contra a colonização portuguesa, contra a repressão imperial, nas reivindicações no Período Republicano, e nas batalhas contemporâneas pela liberdade nacional. Em todos esses momentos, a solução para acalmar os ânimos era o perdão e a pacificação da sociedade. A anistia era a forma de harmonizar os conflitantes, para que não houvesse rompimento social.

Ao analisar a história das anistias no Brasil, percebe-se que elas seguem a lógica do momento político e refletem a articulação da sociedade. Não se pode pensar em uma evolução linear, já que os fatos mostram como as anistias foram marcadas por avanços e retrocessos, dependendo do contexto político em que foram concedidos. Assim, em determinados momentos se pensou em anistias gerais, em outros, elas foram limitadas e restritas a determinadas benefícios e pessoas. Seu sentido, no entanto, é sempre muito semelhante, busca resolver

conflitos surgidos a partir de ocasiões ocorridas na sociedade, o que, se sabe nem sempre é possível. (GONÇALVES, 2009:38).

O processo de anistia, no caso brasileiro, em todas as suas fases, é marcado exclusivamente pela conciliação, um instrumento propício para evitar a ruptura social. A concessão da lei atingiu todas as classes sociais representados por movimentos progressistas, personalidades revolucionárias, operários e camponeses em todos os períodos da história do país. Em determinados momentos, a anistia foi consequência de mobilização social, em outros, resultante de acordos políticos. O projeto conciliatório prejudicou o avanço do Brasil, como afirma Paulo Ribeiro da Cunha “a conciliação tem sido muito prejudicial à nossa história, até porque não permitiu rupturas em nosso processo histórico” (2010:38).

Em virtude da consonância na história política, a anistia sempre se repetiu, como solução para pacificar os conflitos. Isso pode ser visto pela quantidade de vezes que a lei foi concedida no país, por volta de 100 decretos em diversos períodos, apresentando sempre as características conciliatórias, de acordos políticos, perdão e pacificação da sociedade.

Partindo dessa consideração, percebe-se que não foi diferente, quando houve a necessidade da utilização da anistia no período da ditadura militar, iniciada no Brasil em 1964. Na década de 1970 com a crise do sistema vigente, ressurgem os movimentos sociais, reafirmando a necessidade de redemocratização do país. Nesse bojo, a conquista da anistia teve uma pauta de grande repercussão em toda a sociedade, com a campanha representada pelo Movimento Feminino pela Anistia, o Comitê Brasileiro pela Anistia, e outras instituições da sociedade civil em prol da concessão da anistia ampla, geral e irrestrita. Essa luta percorreu todo o país, atingindo todas as camadas sociais.

Diante das pressões, a lei da anistia foi promulgada em 1979. Semelhante aos

demais decretos outorgados no país, apresentava caráter conciliatório e será tema do capítulo seguinte.

2- A DITADURA MILITAR NO BRASIL: ENTRE RESISTÊNCIA E REPRESSÃO

A Ditadura Militar no Brasil, instaurada em 1964, não foi articulada de uma hora para outra. Na verdade, diversos fatores na política nacional e internacional estavam em questão desde o início da Guerra Fria, como a disputa entre o capitalismo e o socialismo. Diante desse contexto político, o golpe militar foi se organizando aos poucos, esperando o momento certo para entrar em cena. A articulação viria das forças conservadoras, civis e militares, empresários e políticos, classe média e burguesia, todos juntos contra o comunismo e a ideia central das reformas de base. Com o apoio da sociedade civil, os militares depõem o presidente Goulart, em 1964, com um golpe de estado.

O primeiro presidente da República após este golpe foi o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que governou de 1964-1967. Uma das primeiras medidas tomadas no seu governo foi a instauração do AI-1 (Ato Institucional nº 1), que tinha o poder de cassar mandatos e suspender os direitos políticos por dez anos. Nesse período, iniciaram os anos de perseguições aos opositores do regime militar, com a dissolução dos partidos políticos, proibição de greves, censura à imprensa, intervenção nos sindicatos e nos órgãos estudantis. As eleições passaram a ser indiretas para Presidente e Governadores e foi instalado o bipartidarismo, representado pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

A resistência da sociedade civil contra o governo ditatorial foi representada pelo movimento estudantil, por artistas, intelectuais à esquerda brasileira, entre outros grupos, que não apoiaram o golpe. O período de 1964 a 1968 foi marcado por diversas manifestações, passeatas e campanhas contra a ditadura. Em 1968, ocorreram mobilizações sociais, políticas e culturais em vários lugares do mundo. No Brasil não

foi diferente, o maior protesto contra o regime militar ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, a chamada “passeata do cem mil”, com a presença de estudantes, artistas, intelectuais, operários e diversos setores da sociedade. Além dos movimentos estudantis de contestação ao regime, esse período foi marcado pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores, com as greves ocorridas em Contagem e Osasco.

O Governo Militar respondeu a essas manifestações com decreto AI-5(Ato Institucional nº5), em 13 de dezembro de 1968. Segundo André Pinheiro Sousa (2012), esse ato é considerado “o golpe dentro do próprio golpe”, pois, extinguiu o habeas-corpus, que era uma das principais garantias dos cidadãos em caso de crime contra a lei de segurança nacional. Com AI-5, o regime tinha o poder de fechar o Congresso Nacional, as Câmaras Municipais, as Assembleias Legislativas, cassar mandatos de parlamentares, decretar estado de sítio, entre outras medidas.

Nesse clima de repressão, Emílio Garrastazu Médici assumiu a presidência da República de 1969 a 1974. Esse período foi considerado o mais autoritário do regime militar, tornando-se conhecido como os anos de chumbo. Médici governou com a forte repressão à imprensa e aos movimentos de oposição com perseguições, torturas e mortes.

“[...] 1969 a 1974 foram os anos mais duros e sanguinários do regime militar, com o silenciamento quase total de qualquer manifestação contrária ao regime. Muitas pessoas foram presas arbitrariamente, submetidas a práticas de torturas; muitas foram mortas; outras se encontram desaparecidas até hoje. Os equipamentos de repressão do estado funcionaram a todo vapor para localizar e desarticular os chamados aparelhos, refúgios utilizados pelos militantes que atuavam na clandestinidade” (SOUZA, 2012:27).

Nesse período, a censura recaiu de forma demasiada sobre os jornais, revistas, meios de comunicação, livros, filmes, teatro e qualquer manifestação contrária ao

regime. Diversos artistas e intelectuais foram exilados, tais como Gilberto Gil, Caetano Veloso, Chico Buarque de Holanda, Glauber Rocha, Florestan Fernandes, entre outros.

Se de um lado o governo Médici é caracterizado como o mais autoritário do regime, por outro ocorre o tão celebrado “Milagre econômico”, caracterizado pelo crescimento da economia com uma taxa de 11% ao ano, modernização da indústria de base, o aumento da produção dos bens de consumo duráveis, investimentos nas telecomunicações, ampliação e criação de empresas estatais de petróleo, mineração, petroquímica, além dos incentivos às multinacionais estrangeiras. Entretanto, a maré de conquistas na economia ao final do governo Médici entra em crise, influenciada pelo contexto da crise do petróleo em 1973. Depois de um conflito árabe- israelense no Oriente Médio, a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) retaliou os Estados Unidos e os países europeus que apoiaram Israel, com o aumento do preço de petróleo. Esse acontecimento desestabilizou a economia mundial, tendo seus efeitos sentidos no Brasil, com o aumento da dívida externa, alta inflação, aumento das demissões de funcionários, entre outros fatores que desencadearam uma crise econômica que se estendeu até a década de 80 no Brasil.

O processo da distensão da ditadura militar na década de 1974 foi resultado de conflitos internos e externos no próprio governo ditatorial, como também do contexto da crise do petróleo. Ao assumir a Presidência em 1974, o General Ernesto Geisel era considerado a linha moderada do exército, chamado de “castilhistas”. O discurso apresentado por Geisel reafirmava a abertura política, que seria realizada no país de forma lenta, gradual e segura. No entanto o seu governo foi marcado por conflitos e crises na economia e no processo de luta social em prol da libertação do país da ditadura, principalmente pelo partido de oposição o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e pela ação da sociedade civil.

O partido de oposição, o MDB, iniciou uma campanha eleitoral para as eleições de 1974, incorporando a temática de repressão, a autocracia das decisões do governo, o aumento da inflação e a crítica ao modelo econômico. O partido nesse período se aproxima dos intelectuais com o questionamento em relação aos desaparecidos políticos. A campanha do MDB teve todo fôlego e participação social (NAPOLITANO, 2014:242).

O embate entre a Igreja e a Ditadura Militar se fortaleceu no episódio da morte do estudante de Geologia da USP, Alexandre Vannuchi Leme, em 1973, na sede do DOI-CODI, em São Paulo. Leme era líder popular do Movimento Estudantil da USP e membro da tradicional família católica do interior de São Paulo. A morte do estudante foi o estopim de uma manifestação da Igreja Católica contra a ditadura. Isso é visto com a celebração de uma missa na Catedral da Sé com a presença de cinco mil pessoas em homenagem a Alexandre Vannuchi (NAPOLITANO, 2014:244). A rigor, esse acontecimento foi o primeiro ato público de contestação ao regime desde 1968.

A Arquidiocese de São Paulo, liderada por Dom Evaristo Arns, Cardeal nomeado pelo papa Paulo VI, entra em coalisão com o regime governamental. Um dos principais atos do clero foi o debate sobre os direitos humanos na Conferência Nacional dos Bispos (CNBB) em 1973, que rememorou os 25 anos de Declaração Universal dos Direitos Humanos. A ordem dos advogados do Brasil entra nessa batalha de oposição ao regime ainda em 1974, na Conferência Nacional da OAB, a temática era “o Advogado e os Direitos do homem”. Nesse clima de contestação ao regime representado pela MDB, pela Igreja Católica e a OAB, são lançadas as eleições legislativas em novembro de 1974 (NAPOLITANO, 2014:245).

A campanha eleitoral foi realizada com relativa liberdade, no entanto, o resultado das eleições surpreendeu os ditadores com a vitória do MDB. O resultado dessa eleição foi destacado pela eleição de 16 Senadores e 165 Deputados Federais do MDB, com mais de um terço no Congresso, o partido de oposição tornou-se um empecilho para o governo e, de certa forma, constituiu-se um obstáculo ao projeto de distensão.

A partir de 1974, esboçou-se uma grande frente oposicionista formada por empresários, políticos liberais, políticos de esquerda, movimentos sociais, movimento estudantil [...] a oposição, em todos os seus matizes, estava animada com a derrota do regime, depois de dez anos de uma ditadura que parecia triunfante e invencível. Além do MDB, as associações profissionais, os sindicatos, os movimentos de bairros, os artistas e os intelectuais passaram a acreditar que amanhã será outro dia (NAPOLITANO, 2014:248).

Ernesto Geisel assume a Presidência da República em 1974, com o discurso de que ia realizar a abertura política do país de forma lenta, gradual e segura. No entanto, a repressão continuou na década de 70, pois o grupo da “linha dura” não aceitava o processo de abertura política e iniciaram uma onda de ataques repressivos com mortes, prisões e perseguições aos opositores do regime.

O episódio que revoltou a sociedade civil ocorreu em 1975, quando o jornalista Vladimir Herzog compareceu, de forma voluntária, para prestar depoimento no DOI-CODI e saiu de lá morto. A versão dos militares era de suicídio e a imagem do jornalista pendurado na cela foi estampada nos jornais. A manifestação contra a repressão e tortura foi realizada na Catedral da Sé em São Paulo, uma missa em memória de Herzog, com a presença de oito mil pessoas (SILVA, 2010). No entanto, a repressão continuou e, em 1976, o operário Manuel Fiel Filho foi morto na mesma instalação do DOI-CODI em São Paulo.

Tais mortes revoltaram a sociedade. Geisel interviu, demitindo o comandante do II exército, o General Ednardo d'Ávila Melo. O afastamento do comandante não impediu a continuação de arbitrariedades e repressão, pois, novamente, em 1976, ocorreu o chamado Massacre da Lapa, com a morte de militantes do PC do B em ação policial. No mesmo ano, houve o ataque com bombas em instituições de caráter oposicionista ao regime. Temos, como exemplo, o atentado em 28 de agosto de 1976 na sede do ABI, como também na sede da OAB no Rio de Janeiro. Os atentados eram atribuídos a um grupo de oposição a abertura política, chamada de Aliança Anticomunista Brasileiro (NAPOLITANO, 2014:266).

Mesmo com a repressão do sistema governamental, a resistência sempre ocorreu no Brasil, representada pelo movimento estudantil, Ordem dos Advogados do Brasil, membros da Igreja Católica (CNBB) ou pela sociedade civil em geral. Na década de 70 o regime ditatorial entra em crise e a oposição toma fôlego e força para lutar pela redemocratização do país. Assim, surge o Movimento Feminino pela Anistia em 1975 e o Comitê Brasileiro pela Anistia em 1978, instituições organizadas com o apoio da sociedade, que foram às ruas e lutaram pela lei da anistia ampla, geral e irrestrita.

2.1- MULHERES EM AÇÃO: O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA NO BRASIL 1975-1979

O Movimento Feminino pela Anistia surgiu em 1975, em São Paulo, com sede na Rua Caio Prado, 103, registrado em cartório como entidade civil. Foi fundado pela advogada Therezinha Godoy de Jesus Zerbini, e inicialmente composto por oito mulheres: Madre Cristina Sodré Dória, catedrática de psicologia da PUC-SP; Neusa Cunha N. Franco, socióloga; Margarida Neves Fernandes, Pedagoga; Yara Peres,

técnica em comunicação; Aldenora de Sá Porto, Advogada; e as acadêmicas de Direito, Virginia Vasconcelos e Eugênia Cristina Godoy Zerbini. O MPFA foi o pioneiro em prol da luta pela anistia no Brasil. O objetivo principal dessa campanha era a libertação do país das agruras da ditadura militar. Para isso, o caminho percorrido seria a conquista da lei da anistia ampla, geral e irrestrita, que possibilitaria a volta dos exilados e presos políticos. Como afirma Zerbini, “consoantes de que a anistia era uma necessidade imperiosa e somente através deste instituto do direito seria conseguida a união nacional [...] nós mulheres brasileiras imbuídas do senso de dever resolvemos sair a campo” (1979:5).

A primeira iniciativa do grupo foi à campanha “O Manifesto da Mulher Brasileiro,” em abril de 1975, considerado por Therezinha Zerbini (1979), como a espinha dorsal do movimento. Este documento representava um chamado a toda sociedade para que se engajasse na batalha pela anistia, através de cartas enviadas para instituições e mulheres de todo o Brasil, com o objetivo de apresentar o MFPA e pedir apoio e participação nessa campanha. A campanha conseguiu um abaixo-assinado com doze mil assinaturas e uma declaração que foi entregue ao ministro da Casa-Civil, Golbery do Couto e Silva, as lideranças do Senado, da Câmara Federal e ao Presidente da República. Segue o manifesto feminino pela anistia:

Nós, mulheres brasileiras, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional, através da história, provamos o espírito solidário da mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça... Conclamamos todas as mulheres, no sentido de se unirem a este movimento, procurando o apoio de todos quantos se identifiquem com a ideia da necessidade da anistia, tendo em vista dos objetivos nacionais: a união da nação (ZERBINI, 1979:27).

Conforme Zerbini (1979), o processo de abertura democrática inicia com a anistia geral dos presos políticos, exilados, contra os atos de exceção e a busca da redemocratização do país.

A principal divulgação do Movimento Feminino Pela Anistia ocorreu no Congresso Internacional da Mulher, promovido pela Organização das Nações Unidas-ONU, na cidade do México, nos dias 19 a 27 de junho de 1975. Os princípios básicos desse Congresso foram à igualdade, desenvolvimento e paz. Com a presença de cinco mil mulheres de diversas partes do mundo, celebrando o ano internacional da mulher, o evento consistiu num espaço de debates e discussões em relação à problemática da mulher na sociedade e outros temas sociais.

A líder do Movimento Feminino pela Anistia no Brasil, Therezinha Godoy Zerbini, participou e discutiu a importância da anistia no processo de libertação e redemocratização de países que vivenciavam ditaduras militares. Na conferência sobre “Processo de Formação e de Socialização”, Zerbini leu o documento em prol da anistia, para uma plateia de três mil mulheres. Segue o manifesto apresentado no Congresso:

O ano internacional da mulher enfatiza: igualdade, desenvolvimento e paz. [...] amparada pela ideia de justiça e paz e pelos direitos da pessoa humana, nós, mulheres de todo o mundo podemos e devemos propor que nesta Conferência Mundial seja apresentada uma moção, para que seja dada anistia política a todos os presos políticos do mundo- homens e mulheres. A anistia é um instituto do direito de processo penal e para nós significa muito mais: é uma bandeira que está acima de todos os partidos e interesses da nação [...] nós mulheres de todo o mundo devemos propor que seja apresentado uma moção aos governos de todos os países do mundo que tenham presos políticos, que seja dada anistia, conduzindo à meta de pacificação da família nacional (ZERBINI, 1979:28).

Em entrevista ao Jornal *Pasquim*, nº 418, 8 a 4 de julho de 1977, Therezinha Zerbini afirmou que sentiu medo, órfão de pai e mãe, pois era a única mulher brasileira presente no evento. No entanto, precisava apresentar o motivo de sua participação no evento com a divulgação do Movimento Feminino pela Anistia no Brasil. Ao iniciar a leitura do manifesto, todo o plenário aplaudiu. “três mil mulheres caiu em palmas, foi incrível! A minha perna tremia como vara verde”[...] (ZERBINI, 1979:13). Ela foi à única representante brasileira inscrita para falar no Congresso, um dos eventos mais

importantes da época, de comemoração do ano Internacional da Mulher. Após todas as discussões e debates ao longo do Congresso, as mulheres latino – americanas, que participaram da tribuna do ano internacional da mulher, elaboraram um documento que representava os anseios desses debates. Alguns trechos do documento foram publicados na Revista *Ecos Direitos Humanos* ano 1, nº 3, 1975 dos quais, destacamos:

II – na luta pela nossa libertação encaramos a libertação da mulher como dupla tarefa: a mulher frente a uma problemática feminina e universal, e como cidadãs frente a uma realidade latino-americana de exploração e dominação de exploração econômica e dominação cultural; XV- pedimos anistia para todos os presos políticos do mundo e repudiamos toda perseguição por causas ideológicas (ZERBINI, 1979:41).

A importância da participação nesse evento, com visibilidade mundial, representa o início da campanha pela anistia, que foi desencadeado no Brasil em meados da década de setenta.

A iniciativa de divulgar o movimento ocorreu com o surgimento do jornal *Maria Quitéria*, transformado em instrumento de campanha da anistia pelo país. Segundo Maria Cecília Conte, a primeira edição do jornal foi em 1977, e apresentava como manchete da capa a frase, “Por que nossa luta pela Anistia?” Essa edição fez um balanço do MFPA e apresentava a proposta da anistia como instrumento de libertação. O jornal continuou em circulação pelo país nos anos seguintes, com manchetes e edições que abordavam a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita e clamava a população para participar desse movimento em prol da libertação do país do regime militar.

O MFPA criticava a anistia parcial e manifestava a luta pela campanha da anistia geral e ampla a todos os presos políticos: “(...) precisamos conscientizar o povo de que anistia é o motor da redemocratização” (ZERBINI, 1979:191). No Brasil, o movimento expandiu-se por diversos estados brasileiros, formando núcleos nos estados do Rio de

Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Bahia, Sergipe, Minas Gerais, Brasília, Goiás, Pernambuco, Paraíba, Ceará, entre outros núcleos.

O movimento contou com o apoio da Associação Brasileira de Imprensa, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, Ordem dos Advogados do Brasil, Frente Nacional do Trabalho, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, centros acadêmicos, sindicatos e Centros Culturais. Essas instituições uniram forças com a do Movimento e foram às ruas com manifestações em prol da anistia e pela redemocratização do país.

Segundo Marcos Napolitano, uma “sopa de letras” era sinônima da oposição ao regime OAB, CNBB, SBPC, ABI e a sociedade civil eram a expressão de luta pela redemocratização do Brasil. Em fevereiro de 1977, a CNBB lançou um manifesto contra o regime ditatorial na XV Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que expressava a insatisfação com o sistema vigente. Esse manifesto contestava a arbitrariedade do regime por não respeitar dos direitos humanos e dos cidadãos. “[...] o documento ainda afirmava a necessidade de participação política do ser humano, calcada na liberdade de discussão, bases para a verdadeira ordem política” (NAPOLITANO, 2014:237).

Em maio de 1977, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) lançou um manifesto “pelas liberdades democráticas”. O ato ocorreu na sede da entidade no Rio de Janeiro com a participação do Movimento Estudantil. No mesmo ano, em julho a Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência realizou um ato com a temática da democratização do país. Diversos manifestos pela democracia foram lançados no ano de 1977, mas o que teve maior divulgação pela imprensa foi o ato público na Faculdade de Direito de São Paulo (USP), em comemoração aos 150 anos do curso de Direito. Nesse evento, foi lido o “Manifesto pela Democracia” que abordava os fundamentos jurídicos

e filosóficos do poder e da democracia. O cenário de oposição norteava a sociedade em prol da liberdade do Brasil.

Desenhava-se o pior dos cenários para o regime: a convergência entre a oposição das entidades civis, o partido de oposição e o protesto das ruas, lugar tradicionalmente ocupado pelas esquerdas e pelos movimentos sociais. (NAPOLITANO, 2014:239).

O jornal *Folha de São Paulo*, publicou uma matéria em 9 de dezembro de 1977, afirmando que ocorreu o I Encontro Nacional pela Anistia na cidade de São Paulo, com a participação de representantes de alguns estados brasileiros, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. A abertura do evento foi com um culto ecumênico, logo após teve uma palestra com a escritora Mila Cauduro, presidente do núcleo do MFPA no Rio Grande do Sul. Nas conferências foram debatidas as situações dos presos políticos e dos desaparecidos, tendo como tema principal era a luta pela anistia política.

Ao final do evento, a professora Neide Azevedo, presidente do núcleo do MFPA no Paraná, escreveu um documento endereçado ao presidente da república em prol da anistia. Essa mensagem reflete toda a campanha e batalha do MFPA no país, com a participação popular na luta pela anistia. Esse manifesto foi publicado no jornal *Diário Popular*, em 11 de dezembro de 1977.

Nós, mulheres brasileiras do Movimento Feminino pela Anistia, em nosso I Encontro Nacional, firmamos os seguintes posicionamentos. [...] acreditamos que nenhuma abertura política consequente desde a crise que instalou o país em regime de exceção, será possível sem anistia política ampla. Com base nessa crença solicitamos ao Exmo. Sr. Presidente da República que sejam adotadas medidas imediatas. Em fase da abordagem da pena do exílio, em fase do fato de o governo negar nacionalidade aos filhos de nossos exilados, em fase dos reais motivos das greves de fome dos presos políticos [...] (ZERBINI, 1979:135)

Em 14 de fevereiro de 1978 foi formado o Comitê Nacional pela Anistia no Rio de Janeiro. Segundo Alessandra Ciambarella (2009), o lançamento dessa campanha foi

realizado com uma conferência do General cassado Perry Bevelacqua. O objetivo do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) era lutar pela anistia ampla e geral para todas as pessoas que foram vítimas dos atos de exceção desde o golpe de 64.

[...] CBA partia para uma ação de tomada das ruas com passeatas e manifestações, reivindicando as grandes mobilizações de fins da década de 70. [...] tentava não só em seus atos como em suas palavras, ganhar cada vez mais adeptos, reivindicando também liberdade política para os estudantes, melhores salários para operários e liberdade de expressão cultural, entre outros. A ideia era criar um movimento popular, que ganhasse as massas de todo o país. (CIAMBARELLA, 2009:11).

O CBA, ao lado do Movimento Feminino pela Anistia, proporcionou a expansão da campanha pela anistia no país, com o apoio de diversos grupos e instituições, como a OAB, Associação Brasileira de Imprensa, Frente Nacional do Trabalho, Comissão de Justiça e Paz, Associação dos Professores Universitários, CNBB, MDB, movimentos estudantis de todo o país, sindicatos de Metalúrgicos, profissionais liberais, intelectuais. Enfim, toda a sociedade, lutando em prol de uma lei de anistia ampla, geral e irrestrita. Assim, “essa campanha e a eclosão de protestos públicos contra a ditadura, alimentaram a esperança [...] e conclamaram a cidadania plena a todos os brasileiros como base fundamental para a construção democrática” (PAULA, 2014:8).

De acordo com Fabíola Brigante D. Porto (2009), a campanha pela anistia se espalhou pelo país, com manifestações, passeatas, que exigiam liberdade e a volta da democracia. Em novembro de 1978, foi realizado o I Congresso Nacional pela Anistia em São Paulo. O debate fervoroso do evento era em relação à situação política do país, com a participação de inúmeros membros da sociedade, estudantes, trabalhadores, sindicalistas, advogados, jornalistas. Deste modo, “a anistia também possibilitaria a reintegração com as lutas pelos direitos humanos e pelo fim da ditadura, pelos direitos trabalhistas e por melhores condições de vida da população” (PORTO, 2009:57).

O pioneirismo da MFPA no Brasil é inegável, as mulheres foram inicialmente as responsáveis pela divulgação da campanha pela anistia. Porém, a formação do Comitê Nacional pela Anistia na década de setenta possibilitou o crescimento e expansão dessa luta, com a formação de diversos núcleos da campanha no país e no exterior, clamando a população para aderirem a esse movimento que era em benefício da “liberdade da nação”.

No governo de Ernesto Geisel, ocorreram avanços, na perspectiva de abertura política, tendo como exemplo a revogação do AI-5 (ato institucional número cinco) e promulgação de uma nova Lei de Segurança Nacional. Isso não significa que a repressão tinha acabado, mas, “tal cenário político, marcado pela negociação abriu espaços para o retorno da mobilização da sociedade civil que, organizadas em grupos [...] passou a ter papel de personagem central nas discussões com o estado” (CIAMBARELLA, 2009:5).

João Figueiredo assume a Presidência da República em 1979, com o contexto político mais liberalizante, afirmando que daria continuidade a abertura política do país proposto por Geisel. Alessandra Ciambarella (2009) argumenta que o Presidente Figueiredo tinha como princípio para o primeiro semestre de 1979 a formulação do projeto de anistia, que deveria ser concedida no mesmo ano. A proposta apresentada pelo governo da lei de anistia tinha caráter restrito e parcial.

Diante desse fato, as manifestações em todo o Brasil, com passeatas, atos e manifestações contra o projeto parcial do governo, celebraram a insatisfação da sociedade civil, que almejava uma lei da anistia ampla, que beneficiasse a todos os presos políticos e exilados.

Segue uma tabela que mostra o duelo entre o projeto de anistia apresentado pelo presidente da República ao Congresso Nacional e a anistia ampla e geral almejada pela população em benefício de todos os presos e exilados do Brasil.

Tabela 1- Representação da anistia: duelo entre governo e a população

Anistia do governo	Anistia do povo
Não libertará todos os presos políticos nem trará de volta os exilados, pois exclui os que foram condenados pelos Tribunais Militares, pelo que o governo acusa de “terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal”.	Anistia deve alcançar a todos, porque muitos brasileiros pegaram em armas para lutar contra as torturas e os assassinatos praticados pelo governo, contra a miséria e o analfabetismo. Contra o terrorismo da ditadura.
Não devolve os direitos retirados arbitrariamente, a volta dos punidos ao serviço público (civil e militar) dependerá do juízo de uma comissão nomeada pelo próprio governo.	Anistia devolve automaticamente os direitos que foram retirados arbitrariamente tanto para os civis quanto para os militares. São bem conhecidas no passado essas “Comissões” que tem o poder de “desanistiar” os anistiados
Sugere anistia aos torturadores	Pede contas, ao governo, dos presos políticos, mortos e desaparecidos e punição para os torturadores.
Não devolve integralmente os direitos de nenhum dos anistiados, pois continuam em vigor todas as leis da ditadura, como a lei de Segurança Nacional, a lei de greve e a constituição feita pelos militares.	Anistia significa liberdade, o fim da ditadura, o dismantelamento dos órgãos de repressão política. A liberdade de dizer, reunir, organizar, reivindicar e participar sem ser reprimido.

Fonte: GONÇALVES, 2009:49

No dia 27 de junho de 1979 Figueiredo anuncia em solenidade no palácio do Planalto, o projeto de anistia, que foi enviado ao Congresso Nacional para análise. Segue a Mensagem do Presidente Figueiredo lida na sessão do Congresso Nacional no dia 28 de junho de 1979, em relação ao projeto de lei da anistia parcial.

[...] o projeto, examinado em cortejo, com os antecedentes históricos ganha em dimensão, ao atingir extensa área com o pleno esquecimento. Não é abrangido quem foi condenado pela justiça por crime que não é estritamente político: assim o terrorista, pois ele não

se volta contra o governo, o regime, ou mesmo contra o estado. Sua ação é contra a humanidade [...]. A anistia tem o sentido de reintegrar o cidadão na militância política e o terrorista não foi e não é um político, a menos que se subvertam conceitos em nome de um falso liberalismo. (VILELA, 1982:22)

O Projeto de lei Nº 14 de 1979, enviado ao Congresso Nacional pelo Presidente Figueiredo era composto por oito artigos. Apresentava um caráter restrito e parcial, pois não beneficiava aos que pegaram em armas, chamados de terroristas, como afirma o Art. 1º, inciso primeiro do projeto anunciado. “Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal.” (VILELA, 1982:23).

A partir da entrega do projeto, foi formada uma Comissão Mista, com o objetivo de analisar as emendas enviadas pelos parlamentares com o objetivo de modificar, alterar, acrescentar ao projeto da lei de anistia apresentado pelo Presidente da República. A Comissão foi formada por parlamentares do MDB e da ARENA, o partido da oposição estava representada pelos Senadores Teotônio Vilela, Pedro Simon, Nelson Carneiro, Itamar Franco e Deputados Tarcísio Delgado, Benjamim Farah, Roberto Freire, Del Bosco Amaral e João Golberto. O Partido da situação estava representado pelos Senadores Aloysio Chaves, Dinarte Mariz, Bernardinho Viana, Helvídio Dalla, Murilo Badaró e os Deputados Ernani Satyro, João Linhares, Ibrahim Abi Ackel, Francisco Benjamim, Luiz Rocha e Leone Belém (VILELA, 1982:29). Após a formação da comissão, os parlamentares tinha o prazo de 48 horas para eleger o Relator e o Presidente. Na reunião do dia 02 de agosto de 1979 foi escolhido o Senador Teotônio Vilela, do MDB-AL, para ser o Presidente da Comissão e o Relator foi o Deputado Ernani Satyro da ARENA.

A partir desse período os parlamentares tinham 50 dias para analisar todas as emendas recebidas de parlamentares de diversos estados brasileiros representantes dos

partidos MDB e ARENA e enviar, ao Congresso Nacional, o Parecer Final. No total foram analisadas pela Comissão Mista 306 emendas de parlamentares representantes MDB e da ARENA, com propostas distintas e com argumentações peculiares em relação às mudanças, alterações e acréscimos sugeridos pelos parlamentares.

A argumentação dos parlamentares do MDB criticava, ferozmente, o caráter parcial e restrito do projeto da anistia, principalmente se referindo à exclusão dos que cometeram os chamados crimes de sangue.

Marcos Freire, senador pelo MDB de Pernambuco, envia a Emenda substitutiva Nº 1 à comissão Mista, no dia 02 de agosto de 1979. As alterações sugeridas pelo parlamentar reafirma que a lei da anistia deve ser ampla, geral e irrestrita. Segue a justificativa da emenda enviada por Marcos Freire.

A anistia, entretanto, deverá atender a todos, para que ninguém possa alimentar pretextos propícios a cultivar animosidades, revanchismo e sentimentos de vinganças na luta pela eliminação dos males sociais no país [...] a anistia há, pois, de ser ampla geral e irrestrita, como a quer o povo, para que seja anistia. Qualquer limitação tendente a manter ódios e represálias não é anistia, a sociedade brasileira acolheu, com simpatia, o slogan até certo ponto redundante, anistia ampla, Geral e Irrestrita. (VILELA, 1982:55)

O deputado Alceu Collares, do MDB do Rio Grande do Sul, envia a emenda Nº 2 substitutiva da lei em 3 de agosto de 1979. No Art 1º inciso 2º, o Deputado afirma que devem ser excluídos da anistia, os militares que cometeram atos de sevícia, tortura ou morte contra os presos políticos. Na justificativa dessa emenda o parlamentar reafirma a indignação da lei em perdoar os torturadores e punir com a exclusão da anistia os que pegaram em armas e sequestraram os “chamados de terroristas”.

Inciso 2ª do Art. 1ª do projeto governamental exclui dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal, enquanto no caput do artigo o seu inciso 1º inclui-se a prática dos mesmos delitos na concessão da anistia, desde que não tenham sido seus autores condenados. [...] é uma injustiça para os condenados, à anistia é esquecimento é

esquecimento para todos, que tenham praticados crimes políticos ou conexos e não apenas para alguns. (VILELA, 1982:60).

Outro parlamentar que enviou emenda à comissão mista foi o senador Orestes Quércia, do MDB de São Paulo, emenda Nº 3 Substitutiva da lei enviada no dia 6 de agosto de 1979. O parlamentar critica também a restrição à lei proposta pelo governo e apresenta na sua emenda a necessidade da ampliação da anistia para todos que foram atingidos por atos institucionais sem restrições. Segue a justificação da emenda do Senador.

Na verdade sendo a anistia, por definição etimológica e até jurídica, uma forma de perdão ou de esquecimento total, anistia não será, certamente, o ato que, embora pretendendo sê-lo, já vier eivado de restrições ou de restrições ou de reservas, beneficiando uns e mantendo as punições de outros. [...] assim, impõe-se a adoção de uma anistia ampla, geral e irrestrita, como desejada por toda a sociedade brasileira. (VILELA, 1982:63)

Apoiando os parlamentares do MDB, que enviaram emendas com o objetivo de ampliar a lei da anistia, o CBA e o MFPA continuaram mobilizando a sociedade com manifestações e passeatas que se espalharam por todo o país, na luta pela anistia ampla, geral e irrestrita. Segundo Cleidson Carlos Santos Vieira (2015), as instituições que lutaram pela anistia não aceitaram a proposta da anistia parcial. Para esses movimentos, era necessária a manifestação da sociedade em geral, ao mesmo tempo, pressionar os parlamentares para que defendesse no Congresso Nacional, a anistia, ampla geral e irrestrita. Como afirma Zerbini:

“não se pode em uma nova etapa de vida entrar com mentiras e escamoteações. Não se pode haver redemocratização sem anistia geral, que é uma instituição de direito, sem adjetivação, roupagem e sem mistificação” (1979:184).

O Comitê Brasileiro pela Anistia e o Movimento Feminino pela Anistia, em agosto de 1979, lançaram uma campanha de “assinaturas pela anistia” em Salvador. O objetivo desse movimento foi criticar a anistia parcial almejada pelo governo ditatorial e propor um abaixo assinado em prol da conquista de libertação plena do povo brasileira,

com a aprovação da anistia ampla, geral e irrestrita: “não queremos nada embrulhado ou com remendos, queremos a anistia como ela sempre foi aplicada. Queremos o restabelecimento do estado de direito, o restabelecimento da cidadania e das liberdades”[...] (ZERBINI, 1979: 184).

Figura 1- Cartaz da campanha da anistia



Fonte: Memorial da Anistia disponível em< <http://memorialanistia.org.br>

Apesar de todas as discussões, debates e manifestações populares, em apoio à ampliação da lei da anistia, depois da avaliação da Comissão Mista de todas as 306 emendas enviadas ao Congresso Nacional, o Relator Ernani Satyro apresenta o Parecer Nº 78/79 da Comissão Mista do Congresso Nacional. A conclusão apresentada pelo relator reafirma o caráter parcial e restrito da lei, não beneficiando a todos os que cometeram crimes. Segue trechos da conclusão apresentada pelo relator:

Pelo exame das emendas aceitas, totalmente ou em partes, verifica-se que foram ampliados os limites do projeto, no sentido de uma maior abrangência, como a contemplação dos estudantes, operários, líderes sindicais e outros. Só não foi possível estender o benefício a pessoas condenadas por crimes contra a humanidade. (VILELA, 1982:365)

A luta pela anistia ampla, geral e irrestrita foi manifestada pelo Movimento Feminino pela Anistia; Comitê Brasileiro pela Anistia; Ordem dos Advogados do Brasil; Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Associação Brasileira de Imprensa e diversas entidades, que se uniram com a sociedade civil pela campanha da anistia, com o apoio dos parlamentares do MDB, ao enviaram diversas emendas ao Congresso Nacional, com o objetivo de alterar a lei da anistia.

No entanto, a supremacia dos interesses do governo prevaleceu e aprovou a lei 6.683 em 22 de agosto de 1979, com a votação apertada: 206 votos a favor e 201 votos contrários. A promulgação da lei da anistia ocorreu no dia 28 de agosto de 1979, tendo vencido o projeto parcial e restrito do governo. Apesar da lei não ter sido a que a população almejava, pois, não atingiu a todos os presos políticos e exilados, no entanto, de certa forma, ela beneficiou inúmeras pessoas e foi um passo inicial para o processo de abertura política e redemocratização do Brasil, que chegaria posteriormente.

Ao longo da década de 1970 a campanha pela anistia teve uma abrangência nacional, com formações de Comitês em diversos estados brasileiros. Em Sergipe, foi formado o Comitê Feminino pela Anistia em 1978. Toda a campanha no estado, com reuniões, atos e eventos, é analisada no capítulo seguinte.

3- O COMITÊ FEMININO PELA ANISTIA EM SERGIPE (1978- 1979)

Em Sergipe, o Movimento Feminino pela Anistia surgiu em 1978, liderado pela professora universitária Núbia Marques, com a participação de mulheres, familiares de presos políticos, intelectuais sergipanos; jornalistas; assistentes sociais; políticos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB); professores universitários e os estudantes do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Sergipe. Núbia Marques era considerada na época, segundo o *Jornal de Sergipe* (1978), uma das principais personalidades culturais do estado, pois, além de ser professora universitária, era poetisa, romancista e foi à primeira mulher a fazer parte da Academia Sergipana de Letras. Essa afirmação atesta a relevância e prestígio da fundadora do Movimento Feminino pela Anistia em Sergipe junto à sociedade da época.

Apesar de ser um movimento misto, liderado principalmente por mulheres e também com a participação de alguns políticos, o Comitê não possuía nenhuma ligação direta com partidos políticos e sua militância se traduzia na luta pela anistia ampla e irrestrita a todos os presos e exilados políticos do país. Zelita Correia dos Santos (2011), que participou do Comitê Feminino pela anistia, afirma que a organização do movimento no estado foi articulada, devido à participação de Giselda Moraes e Ada Augusta no Congresso da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) em São Paulo, onde foi lançada a campanha intitulada o Comitê das Mulheres pela Anistia.

De volta à Aracaju, Ada Augusta, Giselda Moraes e Núbia Marques convidaram as mulheres, políticos e estudantes para formar um Comitê Sergipano em prol da anistia e em apoio aos outros comitês formados no Brasil. Zelita Correia destaca que, inicialmente, as reuniões eram fechadas e realizadas nas casas dos membros do movimento, com discussões pautadas nas condições dos presos políticos em instituições carcerárias.

Era uma coisa meio que intimista, pois não tinha como se reunir num local fixo, às vezes era na minha casa, outras na casa de Núbia, e discutíamos muito o dia a dia do que nosso pessoal estava sofrendo nas prisões. Fazíamos palestras nas casas dos membros, era um grupo fechado, é que aquele período era bastante difícil, as pessoas tinham medo. Três pessoas da liderança foram presas políticas, portanto, era importante se preservar. (SANTOS, 2011).

Elisa Cruz (2016), que também participou do Comitê Feminino reafirma que o movimento no início era recolhido, com reuniões realizadas nas casas das mulheres, principalmente na residência de Núbia Marques. Destaca ainda, que sua inserção ao Comitê ocorreu com o convite de Núbia Marques, que tinha sido sua professora na Universidade Federal de Sergipe e mantinha uma relação próxima de amizade. Nas reuniões, era discutido o contexto político da época, as condições dos presos, as torturas e a luta pela democracia e liberdade do país, com debates fortes e calorosos.

A professora Núbia Marques estava articulando pessoas que ela conhecia, dentro dessa dinâmica, [eu foi convidada a participar da campanha] as reuniões eram dentro de uma conjuntura castradora, veja bem, nos estávamos vivendo um regime em plena ditadura militar e estávamos sob a força do AI-5. Foi um momento de muita corrente, e essas discussões pairavam, vamos abrir essas correntes, cortar essa corda, esse ferro, que fere que maltrata, que dói na alma. [...] (CRUZ, 2016)

O Movimento Feminino pela anistia foi crescendo de forma contínua, com a participação de diversos setores da sociedade. Conforme Eliza Cruz (2016), o Comitê teve apoio de segmentos da Igreja Católica que estavam envolvidos, nessa dinâmica, em favor da anistia. Como também, a atuação das associações de bairros e do Centro Sergipano de Educação Popular (CESEP). Nesses espaços, foi promovida a divulgação da campanha do movimento e a realização de debates referentes ao contexto político do período, com o objetivo de formar uma consciência crítica na população.

A luta era contra a opressão, era a questão da cidadania pautada nos três direitos: o direito civil de ir e vir, no direito político e nos direitos sociais que estavam todos eles, vamos dizer, amarrados, principalmente o direito político e civil [...] (CRUZ, 2016).

Ada Augusta (2016), que também participou da campanha pela anistia, destaca que sua entrada no movimento foi influenciada por Giselda de Moraes, na época presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência- Sessão Sergipe. Essa instituição teve um papel muito importante na luta pela campanha da anistia e pela liberdade democrática do país. Segundo Ada Augusta, ela e Giselda participaram de diversos movimentos promovidos pela SBPC em todo o Brasil. Aqui em Sergipe, a instituição promovia encontros na antiga Faculdade de Direito, na qual participavam vários movimentos sociais que lutavam em defesa da anistia, dos exilados, presos políticos e pela redemocratização do Brasil.

Articulado com essa instituição surgiu a comissão de direitos humanos, que teve uma função relevante na luta pelos direitos dos presos políticos de Sergipe. Ada Augusta foi membro dessa comissão e sua função era receber os familiares de presos políticos com as denúncias de torturas. Logo após ouvir os testemunhos, eram elaborados documentos, denunciando os atos cometidos contra os direitos humanos, enviados às autoridades.

Aos poucos, o movimento pela anistia foi se articulando e crescendo. Nesse sentido, as reuniões deixaram de ser fechadas e passaram a ser públicas, com o apoio dos políticos do MDB, estudantes do DCE, membros da Igreja Católica, pela Sociedade Brasileira do Progresso e Ciência e diversos setores da sociedade. Foi com a união dessas forças que surgiu, oficialmente, o Comitê Feminino pela anistia em Sergipe.

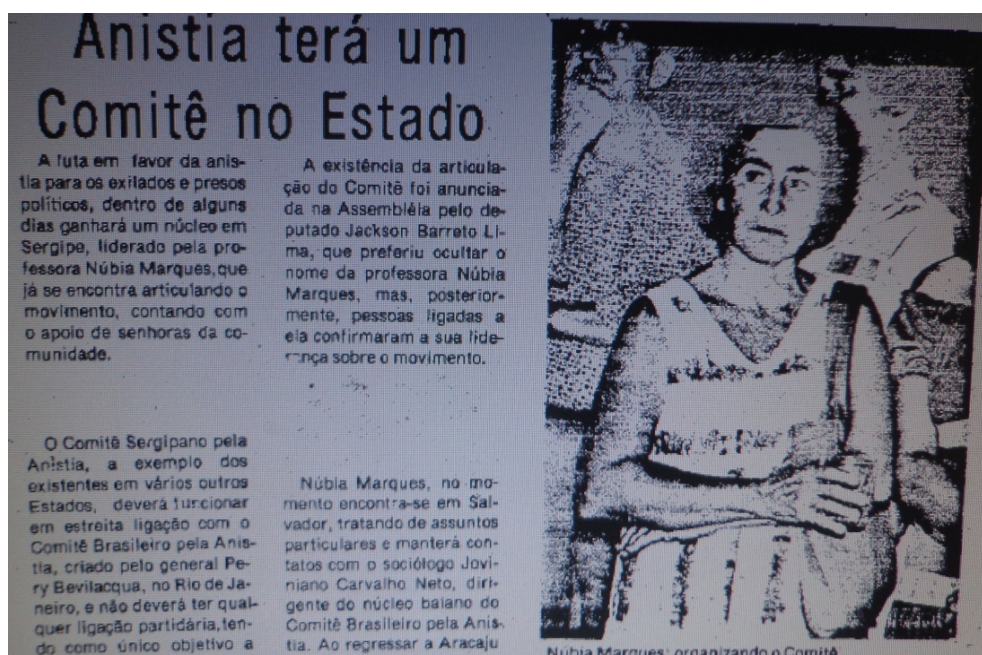
Segundo o jornal *Diário de Aracaju* (1978), a cerimônia de abertura do Comitê Feminino pela Anistia foi realizada no dia 14 de maio de 1978, no Plenário da Assembleia Legislativa, com uma Missa celebrada pelo Bispo de Própria, Dom José Brandão. Logo após, foi proferida uma palestra com a temática “*Anistia, ampla e*

irrestrita uma necessidade brasileira” pelo Senador Gilvan Rocha, que iniciou o discurso, caracterizando o Governo Federal de “agonizante ditadura” e a necessidade de lutar pela anistia e em prol da liberdade democrática da nação. O Senador reafirmou em sua fala “estamos pedindo agora a anistia, não a anistia que eles querem adjetivar como fazem com a democracia. A anistia é ou não é, pois não conheço perdão, esquecimento, reencontro que seja pela metade” (DIÁRIO DE ARACAJU, Ano XIII, Nº 4.399, 1978).

A líder do Comitê pela Anistia, Núbia Marques também proferiu discurso, no qual destacou que o principal objetivo do comitê era integrar-se ao movimento nacional em favor de uma anistia ampla e irrestrita, como forma de conciliação de todos os brasileiros. Em seguida, foi relatado o testemunho de Milton Coelho que ficou cego, vítima da repressão e tortura da ditadura militar. Além das discussões e do testemunho, foram lidos alguns documentos, moções de protestos às prisões recentes de militantes e cartas de apoio e solidariedade enviadas pelo Bispo D. José Brandão de Castro em apoio às manifestações a favor da anistia.

O Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Sergipe, também se manifestou, denunciando a prisão do estudante Edvaldo Nunes da Silva, membro do DCE da Universidade Federal de Pernambuco. A abertura oficial do comitê pela anistia no estado ocorreu no plenário da Assembleia Legislativa, com a presença de 300 pessoas, entre políticos, religiosos, advogados, médicos, professores, estudantes e o público em geral.

Figura 2- Matéria do Jornal de Sergipe sobre o Comitê pela Anistia



Fonte: JORNAL DE SERGIPE, ANO I, Nº 52- 1978

O jornal *Gazeta de Sergipe* destacou, em sua matéria no dia 11 de maio de 1978, o convite que distribuído em toda a cidade pelos organizadores do Comitê, convocando os sergipanos a participarem do Movimento pela anistia. Segue trechos do convite:

Anistia, uma questão de amor. Em nome do pai, punidos, mas que a braça da esperança no seu peito injustiçado entre cinzas resguardou. Em nome do filho- alguém tu vais em breve entregar o que o arbítrio lhe negou. E em nome do grande espírito de liberdade que acende a consciência mais fria, eu te batizo ANISTIA. (GAZETA DE SERGIPE, ANO XXII, Nº 6.017- 1978).

A campanha pela anistia em Sergipe, liderada pela professora universitária Núbia Marques e demais mulheres, estudantes, políticos, entre outros, realizou mobilizações por toda a cidade, espalhando cartazes, indo a reuniões em associações de bairros, com o objetivo de expandir e reunir o maior número de adeptos ao movimento.

O movimento pró-anistia vem colocando faixas e cartazes por toda a cidade. Seu idealizador também vem realizando visitas aos moradores dos bairros mais afastados. Paralelo ao movimento existe um abaixo assinado correndo pela cidade, neste documento, pede-se a anistia, para os presos políticos. (DIÁRIO DE ARACAJU, ANO XIII, Nº 4.398, 1978).

O Comitê Feminino pela Anistia organizou um evento no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, “A semana da Anistia”, com objetivo de chamar à atenção da sociedade para a importância da anistia no processo de redemocratização do país. Segundo Zelita Correia (2011), na realização do evento, o Comitê teve o apoio de Maria Thetis Nunes que cedeu o espaço físico. A divulgação do evento foi realizada pelo comitê com cartazes espalhado pela cidade e um carro de som convidou a população a participar do evento. Os palestrantes da solenidade foram Carlos Alberto Nunes (presidente da OAB), Gilson Vasconcelos (Advogado), também estavam presentes Paulo Sérgio Pinheiro e Paulo Cavalcante. As discussões foram pautadas na luta por uma anistia ampla, geral e irrestrita, nas condições dos presos políticos e no processo de redemocratização do Brasil. Zelita Correia destaca a necessidade de divulgar a campanha da anistia no estado, pois a luta continuava pela libertação de Bosco Rollemberg e dos demais presos políticos.

[...] era um anseio se organizar em torno da anistia, eu, por exemplo, havia sido absolvida, mas a mancha continuava no nome. No caso dos meninos, eles ainda continuavam presos e exilados, Bosco Rollemberg estava fazendo greve de fome em Itamaracá, Wellington Mangueira estava psicologicamente abatido, Gil Natureza vivia na clandestinidade em São Paulo, Pascal havia sido condenado, mas foi absolvido lá em cima, Jacinto ainda estava com o nome sujo. (SANTOS, 2011)

O Comitê também organizou uma exposição de fotos e quadros no Centro de Cultura e Arte da Universidade Federal de Sergipe (CULTART), com o objetivo de arrecadar fundos e ajudar Bosco Rollemberg que estava preso em Itamaracá.

O Comitê Feminino participou do Festival de Arte e Cultura de São Cristóvão em 1978, colocando em pauta a discussão do tema da anistia. A participação nesse encontro representou a divulgação da campanha da anistia e a luta pela liberdade dos presos políticos, com debates e discussões sobre o contexto político da época, em um evento de relevância para a cultura sergipana.

[...] Era muito interessante o debate que se travava lá, pois todas nós éramos agitadas, curtíamos o festival e garantíamos o debate num espaço que evidencia a cultura sergipana no município de São Cristóvão. (SANTOS, 2011).

E assim, a campanha pela anistia foi expandindo-se no estado, através da divulgação em eventos e com a participação os políticos do MDB que defendiam a campanha da anistia. O jornal *Gazeta de Sergipe*, na edição de 2 de março de 1978, publicou uma matéria que aborda a mensagem do vereador Jonas Amaral, que pedia anistia ampla e irrestrita na câmara dos vereadores.

A anistia é uma semente que se lança em benefício da família, e está sendo lançada não somente pelo MDB, a Igreja, a imprensa e várias outras entidades representativas já se posicionaram favoráveis a este dispositivo, que virá normatizar e pacificar a vida social e política do povo brasileiro. (GAZETA DE SERGIPE, ANO XXII, Nº 5. 966 1978).

Assim como alguns políticos realizavam campanha pela conquista da anistia, os estudantes, representados pelo (DCE) da Universidade Federal de Sergipe, também realizaram manifesto pela libertação de presos políticos e pela anistia. O jornal *Gazeta de Sergipe*, na edição de 19 de julho de 1978, apresenta o manifesto feito pelos estudantes, com o objetivo de entregar ao Presidente da República Ernesto Geisel, que na época, estava em Sergipe. O memorial solicitava a libertação do estudante Pernambucano, Edvaldo Nunes da Silva, que foi preso pela Polícia Federal, e solicitava também a aprovação da anistia ampla, geral e irrestrita em prol das liberdades democráticas. O jornal afirma que o Serviço de Segurança não permitiu a entrada dos estudantes no Palácio Olímpio Campos, alegando que eles não tinham marcado audiência com o presidente. No entanto, depois de muita conversa, o memorial foi entregue à comitiva de imprensa do governo. Segue trechos desse manifesto:

No dia 12 de maio de 1978, um estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco: Edvaldo Nunes da Silva (Cajá) foi preso pela polícia federal, sendo trancafiado, posto em incomunicabilidade e ainda sendo torturado neste órgão de segurança,

como aconteceu com tantos brasileiros detidos por estes órgãos. Exigimos que V. Exa. tome providencia imediata, para que seja posto em liberdade o nosso colega [...] por isso, nós estudantes sergipanos, queremos a libertação para Cajá. É este não é apenas o apelo do estudante sergipano, é o apelo do Brasil. Pela Libertação de Cajá, Pela Anistia, Ampla e Irrestrita, Pelas Liberdades Democráticas. (GAZETA DE SERGIPE, ANO XXII, Nº 6.099, 1978).

Alguns membros da Igreja Católica em Sergipe também apoiaram a batalha pela anistia, principalmente o Bispo D. José Brandão. Isso pode ser é verificado nas matérias publicadas do Jornal *A Defesa*, órgão informativo da Diocese de Própria. Na matéria publicada no dia 13 de maio de 1978, a edição afirma o apoio ao Comitê Feminino pela Anistia em Sergipe, destacando que a Igreja, através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, apoiou a campanha pela anistia no Brasil em favor dos presos políticos e em prol de todos os cassados pela ditadura. O jornal ressalta “em Sergipe acaba de ser organizado um Comitê pela anistia [...] trata-se de um movimento que merece a adesão de todos os brasileiros” (JORNAL A DEFESA, Nº630, 1978).

Ocorreram diversas manifestações de apoio da sociedade civil e de instituições a campanha da anistia no Estado. Uma matéria de destaque abordada pelo Jornal *Diário de Aracaju* em 18 de agosto de 1978, foi a “*absolvição com risos e lágrimas*” de 19 pessoas que foram acusados de reorganizar o Partido Comunista em Sergipe. Os acusados haviam sido presos entre os dias 2 e 25 de fevereiro de 1976 na Operação Cajueiro.

Entre os acusados, estava o Deputado Estadual Jackson Barreto Lima, um dos principais líderes da oposição em Sergipe. O jornal afirma que o Comitê Feminino pela Anistia, liderado por Núbia Marques, alugou um ônibus, reuniu um grupo de 70 pessoas, entre membros do comitê, familiares das vítimas, e foram assistir ao julgamento dos acusados em Salvador. Como todos foram absolvidos, a matéria do jornal reafirma a emoção de todos quando foi lida a sentença, “os indiciados olhavam-se

mutuamente, um abraçando o outro, transmitindo a esperança, após a afirmação da absolvição todos os presentes choravam de alegria pela libertação dos envolvidos.”

Segue a mensagem de Nubia após a absolvição dos Sergipanos:

Núbia Marques, presidente do comitê feminino pró- anistia, núcleo de Sergipe estava em Salvador acompanhando atentamente o julgamento. Depois, chorando, considerava a decisão, uma abertura política, em decorrência da constante luta pela redemocratização nacional. Disse ter havido compreensão do poder, pois “só se deve incriminar quem tem crime e não era o caso dos envolvidos”. Observava que a absolvição dos indiciados é o símbolo de uma nova era política, além de ser um ato de Fé, na dignidade do homem e no destino democrático do Brasil.(DIÁRIO DE ARACAJU, ANO XIII, Nº 4.477, 1978).

O jornal destaca que, após o turbilhão de emoções entre os presentes na audiência, os sergipanos voltaram para Aracaju no mesmo dia de madrugada, fazendo um carnaval improvisado no ônibus. Todos estavam alegres e felizes por terem sido absolvidos das acusações. Essa matéria revela a participação do comitê em apoio às vítimas da Operação Cajueiro. A campanha vivenciava a luta dos perseguidos pela ditadura e questionava a necessidade de anistia contemplativa para todos os presos e exilados.

Assim, continuando a luta pela anistia em Sergipe, foram realizados inúmeros atos, manifestações com a participação popular, em prol da conquista de uma lei ampla e irrestrita. O jornal *Gazeta de Sergipe* publicou uma matéria, em 15 de janeiro de 1979, intitulada de “Anistia”, no qual o movimento feminino se manifesta solicitando o apoio da população em prol do preso político, João Bosco Rollemberg Cortes, que estava na penitenciária de Itamaracá. Ele tinha sido condenado a três anos pelo tribunal de São Paulo e a dois anos pelo de Recife, mas o Supremo Tribunal Militar anulou a pena de São Paulo. No entanto, o presidente da auditoria militar de Recife não quis receber a decisão do STM, que anularia a pena do sergipano, mantendo-o preso.

Outro ato importante foi divulgado pelo *Jornal da Cidade* em 04 de agosto de 1979, intitulado “ato público termina com passeata pelo calçadão”, com o objetivo de contestar o projeto de anistia restrito do governo federal. O encontro foi no calçadão da João Pessoa, promovido pelo Comitê Feminino pela Anistia, membros do MDB, estudantes do DCE e pelo comitê de direitos humanos. Com aproximadamente 300 pessoas, a manifestação contou com a presença de políticos emedebistas, de estudantes e do público em geral.

No início foi apresentada pelos estudantes do DCE, uma peça teatral intitulada “a luta do poder”. Logo após, o senador Gilvan Rocha disse, em seu pronunciamento, que a anistia deveria ser ampla e irrestrita. Também destacou que, no Brasil, não existia terroristas como afirmava o governo, “pois não é terrorismo lutar pela liberdade, esse governo incompetente e corrupto quer privar a juventude de lutar por uma liberdade, mas nós continuaremos lutando e só conseguiremos com uma anistia ampla, geral e irrestrita” (JORNAL DA CIDADE, ANO II, Nº 409,1979).

Em seguida, Milton Coelho afirmou que todos deveriam continuar lutando contra a ditadura e descreveu os momentos de tortura sofrida por ele em 1976 na Operação Cajueiro. Milton reafirmou “eu também fui torturado, sequestrado em 1976 , às 19 horas, quando estava em minha residência e fui levado para as dependências do 28º BC, onde me torturaram, emergiram minha cabeça na água, me despiram, deram choques elétricos em meus testículos e o pior, tiraram minha visão” (JORNAL DA CIDADE, ANO II, Nº 409,1979).

O deputado estadual Jackson Barreto fez um apelo em prol da liberdade do país e contra a ditadura. Depois leu uma carta dos presos políticos da penitenciária de Itamaracá, no qual reafirma a contestação da anistia restrita e parcial apresentada pelo

governo. Todos os pronunciamentos foram inflamados e os discursos pediam a ampliação da lei da anistia e a punição dos torturadores.

Figura 3- Ato a favor da Anistia no Centro de Aracaju



Fonte: JORNAL DA CIDADE, ANO II, Nº 409, 1979

Após a manifestação no centro da cidade, os estudantes do DCE convidaram a população para conduzir-se em passeata até a Assembleia Legislativa. Todos seguiram tranquilamente sem haver repressão por parte da polícia, que acompanhava os manifestantes. Conforme o *jornal da Cidade*, o secretário de segurança pública, Antônio de Souza Ramos, afirmou que o governo advertiu a polícia que só agisse caso os manifestantes iniciassem qualquer ato de depredação.

Ao chegar à Assembleia Legislativa, os estudantes leram uma relação com os nomes dos presos políticos desaparecidos do Brasil e a população, em coro, respondia presente. Esse ato reflete o contexto histórico do período, a dor e o sofrimento causado na sociedade pela repressão da ditadura militar, ao serem lidos os nomes dos presos

políticos e exilados do Brasil no ato de manifestação no Centro de Aracaju, a população respondia presente, como forma de contestação e indignação, pois ninguém sabia onde estavam aquelas pessoas.

Figura 4- Passeata a favor da Anistia



Fonte: JORNAL DA CIDADE, ANO II, Nº 409, 1979

Ao analisar os jornais de Sergipe da época, percebe-se através das matérias que ocorreram atos e manifestações em Aracaju, com o objetivo de lutar pela democracia, como foi analisado na matéria acima, um ato público com a presença de 300 pessoas no centro de Aracaju significa a participação popular a favor da liberdade política e pelo fim da ditadura militar.

A campanha da anistia no Brasil inicia em 1975 e expandiu por todo o país em prol de uma lei mais ampla. Como foi analisado no capítulo anterior, em 1979 o presidente da República João Batista Figueiredo apresentou o projeto de anistia parcial e restrita para ser analisado pelos parlamentares do Congresso Nacional. A oposição

representada pelo MDB se manifestou contrária a parcialidade do projeto de anistia. Em Sergipe os políticos do MDB, reafirmavam a sua opinião contra o projeto de anistia restrita, como foi relatado pelos jornais sergipanos.

O *Jornal de Sergipe* em 10 de julho de 1979, apresenta a mensagem de um político sergipano com a temática “*Leopoldo: anistia não existe*”. Nessa matéria foi apresentada a opinião do deputado Leopoldo de Sousa de que o projeto de anistia enviado ao congresso nacional pelo presidente Figueiredo não corresponde aos anseios da nação brasileira.

A pacificação da nação brasileira somente se dará através de um ato, ao mesmo tempo político e de grandeza que é a anistia ampla, geral e irrestrita, libertando todos os presos políticos e permitindo o regresso ao seu país, todos os brasileiros que ainda se encontravam sofrendo no exílio [...] a exclusão no projeto de anistia dos que cometeram atos de terrorismo, denominados pelo governo de crimes de sangue, não se justifica, pois o próprio governo já por diversas vezes reconheceu publicamente que os seus aliados também cometeram os mesmos crimes, torturando presos políticos, muitos dos quais, morreram nos cárceres da ditadura. (JORNAL DE SERGIPE, ANO II, Nº388, 1979)

O deputado Jackson Barreto também se manifestou contrário ao projeto da anistia. O *Jornal de Sergipe*, em 5 de julho de 1979, publicou uma matéria com o título “Jackson: o projeto é capenga”. Esse pronunciamento foi proferido na Câmara Federal, chamando o projeto apresentado por Figueiredo como incompleto, capenga, para ele, “a anistia é um ato político e cuja palavra significa esquecimento e isto não aconteceu dentro do governo que continua para seguir torturando, perseguindo e humilhando, o projeto é discriminatório, cujo objetivo maior é iludir e manobrar dentro da nova estratégia do regime”(JORNAL DE SERGIPE, Ano II, Nº386). O jornal *Gazeta de Sergipe*, em 6 de julho de 1979, também publicou trechos do discurso de Jackson Barreto na Câmara dos Deputados.

Que legitimidade tem o governo para excluir quem quer que seja. Um regime que processou, condenou, exilou, cassou, banuiu, demitiu,

reformou, perseguiu, torturou e matou. A oposição a ditadura quaisquer que tenham sido as formas de luta, não pode ser considerado crime, pois afinal de contas, era a luta de um grupo armado contra o grupo que assaltou o país, derrubando um governo constitucional eleito pela maioria do povo brasileiro.[...] terroristas não são os nossos irmãos brasileiros que pegaram em armas, apesar do desvio político que recorreram. Terroristas são os grupos internacionais BAEDERMEION, HOFF E OLP [...] os nossos lutaram por um objetivo, e um ideal político de restabelecer a democracia e as liberdades em nosso país, golpeados em 64 (GAZETA DE SERGIPE, Ano XXII, Nº 6.236).

O deputado Federal Tertuliano de Azevedo também apresentou a sua opinião sobre o projeto da anistia. Na matéria do *Jornal de Sergipe* de 07 de julho de 1979, intitulada: “Tertuliano: não existe anistia pela metade”, o parlamentar reafirmou a parcialidade do projeto. Para ele, o projeto da anistia inegavelmente deixa de atender aos anseios da sociedade brasileira, tendo em vista que, longe de ser o mais amplo, foi restrito [...] “não existe anistia pela metade, a anistia é ou não é” (JORNAL DE SERGIPE, Ano II, Nº 387).

O projeto da anistia parcial apresentado ao Congresso Nacional em Junho de 1979 foi questionado por diversos parlamentares do Movimento Democráticas Brasileiro em todo o Brasil. Inúmeras foram as emendas enviadas à comissão mista pelos deputados, senadores, com o objetivo de ampliar a lei da anistia. Em Sergipe, os parlamentares Tertuliano Azevedo e Jackson Barreto, ambos MDB, enviaram emendas parlamentares com o objetivo de estender a anistia a todos os acusados e exilados do país.

Tertuliano Azevedo enviou ao Congresso Nacional a emenda Nº 6, substitutiva, em 8 de agosto de 1979. O artigo apresentado pelo deputado destacava a ampliação da lei da anistia a todos aqueles punidos com fundamentos em atos institucionais e complementares, como também aos estudantes que sofreram penas disciplinares.

O instituto da anistia tem por finalidade principal trazer o perdão, elemento gerador da concórdia nacional [...] o projeto de anistia do governo, por ser limitado e por demais restrito, jamais poderá alcançar tal objetivo. A anistia não pode ser restrita, desde quando, sendo perdão, terá de ser completa ou não existirá como fator propiciador da verdadeira conciliação nacional. (VILELA, 1982:56)

Jackson Barreto também enviou emenda ao Congresso Nacional, a emenda N° 243 em 8 de agosto de 1979. Propondo que deveriam ser anistiados os trabalhadores que participaram de qualquer greve ou manifestação e foram demitidos de empresas privadas ou afastados de cargos de administração. Na justificativa o deputado afirmou que “ampliando a abrangência da lei da anistia, incluimos este artigo para amparar os trabalhadores perseguidos e prejudicados por motivos políticos [...] conceder anistia aos trabalhadores é uma medida justa e humana” (VILELA, 1982:287).

A campanha pela anistia no Brasil teve papel importante na luta pela redemocratização do país e em prol da libertação dos presos políticos e exilados. O movimento feminino pela anistia e os comitês formados em diversos estados do país, uniram-se em forças e campanhas em prol da anistia ampla e geral. Em Sergipe não foi diferente, a campanha pela anistia foi articulado em continuidade à campanha nacional, com o apoio de diversas entidades e da sociedade civil.

Aconteceu a anistia não do jeito, como a gente desejava, sempre sendo muito contemplativa com os agressores da época, foi uma anistia, se por um lado concedeu liberdade aos injustiçados, por outro lado protegeu aqueles que violentaram os direitos humanos. Então é como se eles ficassem sem receber penalidades (BEZERRA 2016).

A Lei 6.683 da anistia, promulgada em agosto de 1979, de forma parcial e restrita, beneficiou os militares que estavam no poder e os perseguidos políticos, percebe-se nessa manobra o real objetivo do Estado que à medida que “atendia em partes” a demanda do movimento pela anistia. Era início e transição política que garantia a saída dos militares do poder sem que sofressem algum tipo de sanção pelos crimes praticados por eles. Contudo, mesmo sendo um projeto que acabou tutelado pelo

governo militar, não se pode negar a importância dos movimentos realizados em todo país em favor da Lei de Anistia, pois os mesmos demonstram que a sociedade também participou ativamente do processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da anistia sempre esteve presente ao longo da história política do Brasil, em todas as suas fases, desde o período colonial até a República. Sendo utilizada para acalmar os ânimos e estabelecer a pacificação da sociedade. Partindo desse pressuposto, durante o período da ditadura militar a necessidade da anistia volta à cena. Na década de setenta, dentro do período de distensão do regime vigente, ressurgem os movimentos sociais, entre os quais o Movimento Feminino pela Anistia em 1975, com o objetivo de conquistar a anistia ampla, geral e irrestrita.

A campanha pela anistia foi crescendo no país, com debates, eventos e palestras que se consolidaram a partir da união de instituições, grupos de familiares de presos políticos, políticos do MDB e diversos setores sociais que aderiram a esse movimento era luta em prol do processo de redemocratização do Brasil. Em 1978, o Comitê Nacional pela Anistia deu visibilidade à campanha com o surgimento de vários núcleos em prol da anistia em todo o país.

A partir da análise das entrevistas realizadas com algumas mulheres participantes do Comitê Feminino pela Anistia em Sergipe e dos jornais sergipanos da época, *Jornal da cidade*, *Gazeta de Sergipe*, *Diário de Aracaju*, *Jornal de Sergipe* e *a Defesa*, foi verificado que a campanha pela anistia no estado foi articulada de diversas formas. Inicialmente, os organizadores do Comitê faziam cartazes e espalhavam pela cidade e, depois, realizavam palestras, debates nas Associações de Bairro e no Centro Sergipano de Educação Popular (CESEP).

A partir da análise dessas fontes, percebeu-se que uma parte da população sergipana participou da campanha pela anistia no estado. Nesse ponto é relevante destacar a força e a coragem de todos os participantes do Comitê em Sergipe, ao saírem

da zona de conforto familiar para lutarem em prol da conquista da anistia e da derrubada da ditadura militar. Diante da batalha pela ampliação do projeto e manifestações de apoio em todo o país, a lei da anistia foi aprovada em agosto de 1979, apresentava caráter parcial. No entanto, apesar de não ser anistia que a população queria, de certa forma ela beneficiou inúmeras pessoas e foi um passo inicial que se consolidou o processo redemocratização do país.

Essa pesquisa buscou discutir e analisar a formação e articulações do Movimento Feminino pela Anistia em Sergipe, na defesa pelo projeto da anistia, ampla, geral e irrestrita. Dessa forma, percebeu-se que, em Sergipe, o tema ainda é pouco discutido pela historiografia sergipana. Este trabalho não esgota, e nem assim intenta, as possibilidades de estudo, pois muito ainda há que se averiguar sobre tal tema.

FONTES

ATA 134ª SESSÃO CONJUNTA. Mensagem presidencial lida na sessão do Congresso Nacional. Mensagem nº 59. Em 28 de junho de 1979. In: VILELA, Teotônio. **Anistia: Congresso Nacional**. Vol.1. Brasília- DF, 1982.

ATA 134º DA SESSÃO CONJUNTA DE 28 DE JUNHO DE 1979, In: VILELA, Teotônio. **Anistia: Congresso Nacional**. Vol.1. Brasília- DF, 1982.p.29

AZEVEDO, Tertuliano. Emenda nº 6, substitutivo, 8 de agosto de 1979. In: VILELA, Teotônio. **Anistia: Congresso Nacional**. Vol.1. Brasília- DF, 1982 p,56.

BARRETO, Jackson. Emenda nº 243, 8 de agosto de 1979. In: VILELA, Teotônio. **Anistia: Congresso Nacional**. Vol.1. Brasília- DF, 1982 p,287.

COLLARES, Alceu. Emenda nº 2 Substitutiva, 3 de agosto de 1979. In: VILELA, Teotônio. **Anistia: Congresso Nacional**. Vol.1. Brasília- DF, 1982 p,60

DIÁRIO DE ARACAJU. Núcleo do Movimento Feminino pela anistia Instalado em Sergipe. Ano XIII, Nº 4.399. Aracaju. 17 de maio de 1978.

DIÁRIO DE ARACAJU. Lançado Movimento pró Anistia- Núcleo Sergipe. Ano XIII, Nº 4.398. Aracaju. 16 de maio de 1978.

DIÁRIO DE ARACAJU. Julgamento de Jackson será amanhã. Ano XIII, Nº 4.474. Aracaju. 15 de agosto de 1978.

DIÁRIO DE ARACAJU. Absolvição com risos e lágrimas. Ano XIII, Nº 4.477. Aracaju. 18 de agosto de 1978.

FREIRE, Marcos. Emenda nº 2 substitutiva, de 2 de agosto de 1979.In:VILELA, Teotônio. **Anistia: Congresso Nacional**. Vol.1. Brasília- DF, 1982. P. 55

GAZETA DE SERGIPE. Jackson crítica Anistia. Ano XXII, Nº 6.236. Aracaju. 06 de julho de 1979.

GAZETA DE SERGIPE. Estudantes entregam memorial. Ano XXII, Nº 6.099. Aracaju. 19 de julho de 1978.

GAZETA DE SERGIPE. Anistia. Ano XXIII, Nº 6.198. Aracaju. 15 de janeiro de 1979.

GAZETA DE SERGIPE. Jonas pedia Anistia ampla e irrestrita. Ano XXII, Nº 5.966. Aracaju. 2 de março de 1978.

GAZETA DE SERGIPE. Campanha pela Anistia será lançada sábado. Ano XXII, Nº 6.017. Aracaju. 11 de maio de 1978.

JORNAL DE SERGIPE. Sergipe terá um comitê de Anistia. Ano I, Nº 52. Aracaju. 21 de abril de 1978.

JORNAL DIÁRIO POPULAR, São Paulo, 11 de dezembro de 1977. In: ZERBINE, Therezinha Godoy. **Anistia- Sementes da Liberdade**. São Paulo: Salesianas, 1979

JORNAL DA PRAÇA. Dourados, Mato Grosso, 6 de agosto de 1978. In: ZERBINE, Therezinha Godoy. **Anistia- Sementes da Liberdade**. São Paulo: Salesianas, 1979.

JORNAL DA CIDADE. Ato público termina com passeata pelo calçadão. Ano II, Nº 409. Aracaju. 4 de agosto de 1979.

JORNAL DA CIDADE. Oposição promove ato contra anistia restrita. Ano VIII, Nº 2.056. Aracaju. 03 de agosto de 1979.

JORNAL DE SERGIPE. Leopoldo: Anistia não existe. Ano II, Nº 388. Aracaju, 10 de julho de 1979.

JORNAL DE SERGIPE. Jackson: projeto é capenga. Ano II, Nº 386. Aracaju, 5 de julho de 1979.

JORNAL DE SERGIPE. Tertuliano: não existe anistia pela metade. Ano II, Nº 387. Aracaju. 07 de julho de 1979.

JORNAL PASQUIM, nº 418, 8 a 14 de julho de 1977. In: ZERBINE, Therezinha Godoy. **Anistia- Sementes da Liberdade**. São Paulo: Salesianas, 1979.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, capital, 9 de dezembro de 1977. In: ZERBINE, Therezinha Godoy. **Anistia- Sementes da Liberdade**. São Paulo: Salesianas, 1979.

JORNAL A DEFESA. Anistia. 3ª fase, Nº 630. Própria- SE. 13 de maio de 1978.

PROJETO DE LEI Nº 14, enviado ao Congresso Nacional em 27 de junho de 1979. In: VILELA, Teotônio. **Anistia: Congresso Nacional**. Vol.1. Brasília- DF, 1982.

QUÉRCIA, Orestes. Emenda nº 3 Substitutiva, 6 de agosto de 1979, In: VILELA, Teotônio. **Anistia: Congresso Nacional**. Vol.1. Brasília- DF, 1982, p,63

REVISTA ECOS DIREITOS HUMANOS, ano 1, nº 3, setembro 1975. In: ZERBINE, Therezinha Godoy. **Anistia- Sementes da Liberdade**. São Paulo: Salesianas, 1979.

SATYRO, Ernani. Parecer Nº 78/79 da Comissão Mista. In: VILELA, Teotônio. **Anistia: Congresso Nacional**. Vol.1. Brasília- DF, 1982, p,36

ENTREVISTAS ORAIS

BEZERRA, Ada Augusta Celestino. Professora. **Entrevista concedida a autora**, 15 de abril de 2016. Aracaju- SE.

CRUZ, Maria Elisa da. Assistente Social. **Entrevista concedida a autora**, 05 de abril de 2016. Aracaju- SE.

GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira. Professora. **Entrevista concedida a autora**, 13 de abril de 2016. Aracaju-SE.

MARQUES, Laura. Professora. **Entrevista concedida à Comissão Estadual da Verdade de Sergipe Paulo Barbosa de Araújo**, em 22 de março de 2016. Aracaju- SE, (gravação da autora).

SANTOS, Zelita Correia dos. Advogada. **Entrevista realizada a Cleidson Carlos Santos Vieira**. 20 de setembro de 2011, concedida a autora. Aracaju- SE,

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Branca Moreira e Pitanguy, Jacqueline. **O que é Feminismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e Feminismo**: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: vozes, 1980.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo Sexo a experiência vivida**. 2ª edição: Difusão Europeia do livro, 1967.

COSTA. Ana Alice Alcântara. O Movimento Feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**. Niterói. V.4, nº 2, p. 9-35, 2005.

CIAMBARELLA, Alessandra. Anistia geral e irrestrita: as relações do estado e sociedade na campanha pela anistia no Brasil (1977-1979). **Anais do Simpósio Nacional de História**. Fortaleza, 2009.

COSTA, Júnior Dijosete Verissimo da. Anistia, Graça e Indulto, Renúncia e Perdão, Decadência e Descrição. Jus Navigandi, 1997. Disponível em<
<https://jus.com.br/artigos/970/anistia-graca-e-indulto-renuncia-e-perdao-decadencia-e-prescricao>> acesso em 09 de março de 2016.

CUNHA, Paulo Ribeiro. Militares e Anistia no Brasil: um dueto desarmônico. SAFATLE, Vlademir e TELES Edson. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

DUBY, Georgy & PERROT, Michelle. **História das Mulheres do Ocidente**: o século XIX. Porto: edições Afrontamento, 1994.

ERGAS, Yasmine. O Sujeito Mulher: feminismo dos anos 1960-1980. In:DUBY, Georgy & PERROT, Michelle. **História das Mulheres do Ocidente**: o século XIX. Porto: edições Afrontamento, 1994.

FIRESTONE, Shulamith. **A Dialética do Sexo: um manifesto da Revolução Feminista**. Rio de Janeiro, Editorial Labor do Brasil, 1976.

FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Tempo da ditadura: regime Militar e movimentos sociais em fins de século XX** (O Brasil Republicano; v.4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. **O preço do passado: anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

HABERT, Nadine. **A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas/ SP: UNICAMP, 2003.

MEZAROBBA, Glenda. **Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências: um estudo do caso brasileiro.** São Paulo: FAPESP, 2006.

MARTINS, Roberto Ribeiro. **Liberdade para os brasileiros-anistia ontem e hoje.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

OLIVEIRA, Ueber José de. O significado da anistia, In: PERREIRA, Valter Pires e MARVELLA, Miguel. **Ditaduras não são eternas: memória da resistência ao golpe de 64 no Espírito Santo.** Vitória: Flor e Cultura: Assembleia Legislativa do Espírito Santos, 2005.

PORTO, Fabíola Brigante del. A luta pela Anistia no Regime Militar Brasileiro. **Revista Perseu**, ano 3, nº 3, 2009.

PAULA, Adriana das Graças de. Pensar a democracia: O Movimento Feminino pela Anistia, as Mães da Praça de Maio e os intelectuais. **Anais do XI Encontro Internacional da ANPHLAC.** Niterói- Rio de Janeiro, 2014.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos:** Rio de Janeiro, Vol 2, Nº 3, 1989. P. 3-5.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos:** Rio de Janeiro, Vol 5, Nº 10, 1992. P. 200-2012.

RAGO, Margareth. A Nova Historiografia Brasileira. **Revista Anos 90.** Porto Alegre. Nº 11, p. 73-96, 1999.

SOUZA, André Pinheiro de. **Do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA-CE) Ao Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA-CE): as motivações e os caminhos percorridos pela anistia política no Ceará (1975-1980).** Orientador João Ramires Regis. Ceará: UECE, 2012. Dissertação (Mestrado em História)

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985 In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. A Emergência da pesquisa da história das Mulheres e das relações de Gênero. **Revista Brasileira de História.** São Paulo. V.27, nº 54, p. 281-300, 2007.

SILVA De Plácito e: **Vocabulário Jurídico**/atualizadores: Nagib Slaibi Filho e Gláucia Carvalho. Rio de Janeiro, Editora FORENSE, 2009.

SANTANA, Flávia de Angelis: **Atuação política do movimento estudantil no Brasil 1964 a 1984.** Orientador Ulysses Telles Guariba Netto. São Paulo. Universidade de São Paulo, 2007. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História)

VIEIRA, Cleidson Carlos Santos. **Anistia de 1979 e transição política: dos projetos e campanhas à luta por justiça e reparação às vítimas sergipanas.** Orientadora Ana Paula Palamartchurk. Maceió- Alagoas. Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas e Comunicação e Artes. Programa de pós- Graduação em História, 2015.

VANDERSON, Roberto Vieira. Anistia no Direito Penal. Disponível em <<http://institutoprocessus.com.br/2012/wp-content/uploads/2011/12/vanderson-anistia.pdf>>acesso em 03 de março de 2016.

VILELA, Teotônio. **Anistia: Congresso Nacional**. Vol.1. Brasília- DF, 1982

ZERBINI, Therezinha Godoy. **Anistia- Sementes da Liberdade**. São Paulo: Salesianas, 1979.